

Historiografia descritiva do marco normativo brasileiro em matéria migratória



Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP
Ministro – Ricardo Lewandowski

Secretaria Nacional de Justiça – SENAJUS
Secretário – Jean Keiji Uema

Departamento de Migrações – DEMIG
Diretora – Luana Maria G. C. Branco Medeiros

OBMigra – Observatório das Migrações Internacionais
Coordenação Geral – Leonardo Cavalcanti

Pesquisa Original
Aline Araújo
Leonardo Cavalcanti
Larissa Lorrany Gonçalves de Oliveira
Marília F. R de Macêdo

Projeto Gráfico e Diagramação
Vitoria Carmo
Theo Menezes

Imagens
Museu da Imigração do Estado de São Paulo

Copyright 2025 – Observatório das Migrações Internacionais
Universidade de Brasília – Campus Darcy Ribeiro, Pavilhão Multiuso II
Térreo, sala BT45/8, Brasília/DF Brasil CEP: 70910-900.

SUMÁRIO

1. Introdução	4
2. A inserção do Brasil na história moderna das migrações internacionais	5
3. Aspectos doutrinários dos principais períodos da historiografia da Legislação Migratória	10
3.1. Séculos XIX-XX – Brasil Império e Primeira República	10
QUADRO 1. Séculos XIX-XX – Brasil Império e Primeira República	13
3.2. Século XX – Estado Novo, Quarta República, Ditadura Militar, Nova República (até 1999)	17
QUADRO 2. Século XX – Estado Novo, Quarta República, Ditadura Militar, Nova República (até 1999)	19
3.3. Século XXI – Normativas pré-Lei de Migrações (2000-2017)	47
QUADRO 3. Século XXI – Normativas pré-Lei de Migrações (2000-2017)	49
3.4. Século XXI – Normativas pós-Lei de Migrações (2017-2025)	84
QUADRO 4. Século XXI – Normativas pós-Lei de Migrações (2017-2025)	86
4. Linha do Tempo – Principais Marcos Normativos da Legislação Migratória Brasileira (1820-2025)	128
5. Considerações Finais	132
6. Referências Bibliográficas	134

1. Introdução

A presente pesquisa ad hoc tem como objetivo central a sistematização e a descrição, em perspectiva cronológica, do conjunto de dispositivos legais, incluindo leis, decretos, portarias, resoluções e normas constitucionais, que conformaram o marco normativo brasileiro em matéria migratória desde o início do século XIX até os dias atuais. Busca-se, com isso, conferir maior inteligibilidade ao processo histórico de construção da regulação estatal sobre os fluxos migratórios internacionais no Brasil, oferecendo uma base documental que subsidie tanto a pesquisa acadêmica, quanto a formulação e implementação de políticas públicas.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota um desenho descritivo-históriográfico, tendo como principal técnica a análise documental. Foram examinadas fontes primárias (como o Diário Oficial da União, o Portal da Legislação do Planalto, o Portal de Imigração e arquivos estaduais) e fontes secundárias (incluindo doutrina jurídica, relatórios ministeriais e literatura acadêmica especializada na historiografia das migrações no país).

A coleta de dados seguiu critérios de relevância normativa, com ênfase em atos com alcance nacional ou com reconhecido impacto setorial, e de disponibilidade pública em repositórios oficiais. Cada ato normativo foi catalogado com base em campos previamente definidos e organizado em colunas, de forma a articular rigor acadêmico com usabilidade prática, atendendo tanto a gestores públicos quanto a especialistas da área de migrações.

Trata-se, portanto, de um documento de caráter descritivo e consultivo, destinado a facilitar o acesso de gestores públicos, membros da sociedade civil, pesquisadores e dos próprios migrantes aos principais marcos normativos da legislação migratória brasileira. Para análises mais aprofundadas de cada dispositivo legal, em seus respectivos contextos históricos e epistemológicos, recomenda-se a consulta à extensa bibliografia já consolidada sobre a história das migrações no Brasil.

Para fins de organização, o documento foi estruturado da seguinte forma:

- A primeira seção apresenta um texto introdutório que aborda os principais fatores históricos, estruturais e geopolíticos que marcaram a inserção do Brasil na história moderna das migrações internacionais.
- A segunda parte detalha a produção normativa do Estado brasileiro ao longo do tempo, estruturada em recortes históricos que refletem as principais inflexões institucionais na política migratória do país.
- Na sequência, é apresentada a doutrina jurídica predominante em cada período, acompanhada de um quadro sinótico com a natureza de cada marco legal e links para consulta das legislações originais.

- Em seguida, uma linha do tempo destaca os principais marcos normativos.
- Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2. A inserção do Brasil na história moderna das migrações internacionais

A história moderna das migrações internacionais no Brasil é marcada por diferentes marcos regulatórios, refletindo transformações políticas, sociais e econômicas globais. Inseridas no contexto da modernidade, as migrações contemporâneas estão intrinsecamente ligadas ao surgimento do Estado soberano, definido por um território delimitado e uma população permanente, conforme estabelecido na Convenção sobre os Direitos e Deveres dos Estados de 1933. Desde o advento dos Estados-nação, as fronteiras desempenham um papel central ao demarcar o espaço de exercício da soberania estatal, o que inclui o controle absoluto sobre o território e a proteção contra interferências externas, princípio posteriormente consagrado na Carta das Nações Unidas.

Durante a era das chamadas “grandes migrações europeias”, entre os séculos XIX e XX, o Brasil destacou-se como destino de milhares de imigrantes. No século XIX, impulsionados pela Revolução Industrial e pelo êxodo rural, e no século XX, em decorrência das Guerras Mundiais e de profundas transformações políticas e econômicas, milhões de europeus e asiáticos deixaram seus países em busca de melhores condições de vida. O Brasil acolheu um contingente expressivo desses migrantes, que passaram a compor a força de trabalho livre após a abolição da escravidão.

Dois grandes eventos da modernidade, sendo eles: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, foram determinantes para moldar os fluxos migratórios modernos. A Revolução Industrial gerou um intenso movimento de êxodo rural, direcionando populações tanto para centros urbanos quanto para outros países, incluindo o Brasil. Já a Revolução Francesa promoveu uma redefinição do espaço político ao instituir a cidadania como direito universal, rompendo com os privilégios feudais da monarquia absolutista. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 foi um marco ao assegurar a igualdade jurídica entre os cidadãos (Artigo 6º), reforçando a ideia de nacionalismo e a construção de identidades nacionais – elementos que, posteriormente, influenciariam as políticas migratórias.

Nesse processo, a formação das identidades nacionais refletiu-se diretamente na legislação sobre migrações. No final do século XIX e início do século XX, intensificou-se a produção de documentos de identificação e a distinção formal entre nacionais e estrangeiros. Esse período marcou o surgimento do paradigma do controle migratório, com a institucionalização de políticas de entrada e saída de estrangeiros nas fronteiras nacionais, especialmente a partir da Primeira Guerra Mundial e no período entre guerras. A soberania territorial passou então a justificar o controle estatal sobre os fluxos migratórios, consolidando a migração como uma questão de competência exclusiva dos Estados.

Segundo a periodização proposta por Massey (1999), analisada por Cavalcanti *et al.* (2018), a história moderna das migrações pode ser dividida em quatro fases:

- Período Mercantil (1500-1800): Caracterizado pelos fluxos migratórios europeus impulsionados pela colonização e pelo crescimento do capitalismo mercantil. Migrantes eram classificados em camponeses agrários, administradores e artesãos.
- Período Industrial (1800-1925): Migrações predominantemente Norte-Sul ou Norte-Norte, com destaque para a saída de mais de 48 milhões de europeus para as Américas e Oceania, principalmente Argentina, Brasil, Austrália, Canadá, Nova Zelândia e Estados Unidos.
- Período de Migração Limitada (1925 até o final da II Guerra Mundial): Diminuição dos fluxos migratórios devido à Grande Depressão de 1929 e ao período entre guerras, que só foram reaquecidos gradualmente no pós-guerra com programas como os “*Guest workers*” na Europa e “*Braceros*” nos Estados Unidos.
- Período Pós-Industrial (pós-1960): As migrações internacionais assumem novos contornos, com um movimento predominantemente Sul-Norte, onde populações do Sul global passam a ocupar espaços urbanos no Norte (ex: mexicanos nos EUA, equatorianos na Espanha, indianos na Inglaterra).

O Brasil, assim como outros países latino-americanos (Argentina, Uruguai, Cuba e México), recebeu dezenas de milhares de migrantes europeus nesse período. Entre 1874 e 1930, o país viveu o mais intenso fluxo de imigração de sua história, com a entrada de aproximadamente 4,07 milhões de migrantes, segundo Levy (1974).

As políticas migratórias brasileiras desse período foram guiadas por um tripé de abertura-controle-seletividade, com critérios biológicos (branqueamento) e sociológicos (assimilação) fortemente presentes nas decisões governamentais e refletidas nos marcos normativos (Seyferth, 2008; Koifman, 2012).

Assim, italianos, portugueses, espanhóis e alemães, seguidos posteriormente pelos japoneses, constituíram a maior parte dos imigrantes. Esses grupos formaram uma força de trabalho essencial nas plantações de café e algodão, além de impulsionarem o processo de industrialização, principalmente em São Paulo e nos estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) (Solé *et al.*, 2011).

Ao longo da história moderna das migrações, a noção de pertencimento a uma comunidade política, o Estado, tornou-se fundamental para o acesso a direitos e deveres garantidos pelo pacto social. Embora muitos direitos tenham sido internacionalmente reconhecidos como universais, a implementação de alguns permanece vinculada à nacionalidade ou cidadania, seja por critérios territoriais (*jus soli*, local de nascimento) ou de ascendência (*jus sanguinis*, vínculo de parentesco).

As fronteiras nacionais, portanto, passaram a definir quem integra o corpo político de um Estado, determinando o acesso à cidadania e a direitos associados. Foi a partir

desse contexto histórico, político e epistemológico que o Brasil construiu sua trajetória normativa sobre as migrações internacionais, tema que será detalhado na próxima seção deste estudo.

Historiografia da Legislação Migratória do Brasil

Para dar inteligibilidade a quase dois séculos de produção normativa, a pesquisa foi estruturada em quatro recortes históricos que correspondem às principais inflexões institucionais do Estado brasileiro:

1. Séculos XIX-XX – Brasil Império e Primeira República

Este recorte abrange desde o Decreto nº 2/1820, que passou a exigir passaportes, até as primeiras normas republicanas de 1890. É a fase de colonização oficial, marcada pela substituição do trabalho escravo e pela formação dos códigos sanitários de fronteira. Durante este período, leis provinciais e imperiais incentivaram a vinda de colonos europeus para ocupar terras, substituir a mão de obra escravizada e promover a “branqueamento” da população.

2. Século XX – Estado Novo, Quarta República, Ditadura Militar, Nova República (até 1999)

Este período se estende do Decreto-Lei 406/1938, que estabeleceu cotas de imigração e criou o Conselho de Imigração e Colonização, até as Resoluções Normativas iniciais do CNIg e do Conare. A Primeira República e o período entreguerras (1930-1988) foram marcados por ideais de eugenia, com quotas étnicas e a exclusão de asiáticos, pobres ou considerados “degenerados”. O Estado Novo e a Era Vargas foram caracterizados por uma centralização extrema, com a criação de polícias políticas, decretos-lei de cotas e exigências de “assimilação” cultural para a residência. Durante a Guerra Fria e a Ditadura Militar, foi promulgado o Estatuto do Estrangeiro de 1980, que impôs restrições à imigração por questões de segurança nacional, além de normativas incipientes sobre refúgio, mesmo com a adesão a convenções internacionais sobre o tema.

3. Século XXI – Normativas pré-Lei de Migrações (2000-2017)

Este período abrange todas as Resoluções Normativas CNIg do ciclo 108-124/2014 e a consolidação do Estatuto do Estrangeiro, culminando na promulgação da Lei 13.445/2017, que revogou o regime anterior. A redemocratização, iniciada com a Constituição de 1988, foi marcada por leis de anistia que regularizaram imigrantes indocumentados e pela adoção de convenções sobre refúgio, apatriadia e acordos regionais, como os do Mercosul.

4. Século XXI – Normativas pós-Lei de Migrações (2017-2025)

Este recorte abrange o Decreto 9.199/2017, as Resoluções Normativas CNIg 1-50/2017-2024, as portarias humanitárias (relativas à Síria, Haiti, Venezuela, Afeganistão e Ucrânia) e as inovações introduzidas pelos vistos de nômade digital e investimento imobiliário. A Lei de Migração substituiu o Estatuto de 1980, introduzindo o visto humanitário, a residência por laços familiares, investimentos no Brasil e o trabalho remoto. As crises na Venezuela, Síria, Afeganistão e Ucrânia geraram portarias e resoluções de acolhida. Este período também foi impactado pela pandemia da Covid-19, que impôs restrições sanitárias temporárias.

Para catalogar cada ato foram definidos sete campos, que aparecem como colunas na planilha:

Coluna	Conteúdo	Propósito da análise
Ato	Origem e natureza do instrumento: Legislativo federal (Constituições, leis, emendas); Legislativo estadual/municipal (leis provinciais, códigos de postura); Ato administrativo normativo executivo (decretos, decretos-lei, resoluções, portarias).	Diferencia o peso hierárquico e o alcance territorial de cada norma.
Tipo da norma	Lei, Decreto, Decreto-Lei, Resolução Normativa (CNIg/CONARE), Portaria, Constituição, Emenda.	Permite agrupar atos segundo o processo de elaboração e o nível de detalhe procedural.
Número/Ano	Identificador oficial – ex.: 13.445/2017.	Facilita a busca no DOU e a verificação de redações consolidadas.
Data de publicação	Dia/mês/ano em que a norma foi publicada.	Garante ordenação cronológica fidedigna.
Situação	Vigente, Revogada ou Parcialmente revogada, com remissão ao ato revogador.	Indica efetividade atual e evita uso de dispositivos caducos.
Aspectos Migratórios	Resumo do(s) dispositivo(s) que tratam de imigração, refúgio ou apatridia (ex.: cotas raciais, visto humanitário, registro de estrangeiro).	Destaca, em cada ato, a matéria relevante para a pesquisa.
Link	URL oficial (Planalto, Portal de Imigração, Arquivos estaduais/municipais).	Acesso direto à íntegra da norma para conferência e citação acadêmica.

A escolha desses campos visa conciliar dados acadêmicos e usabilidade prática: juristas podem rastrear dispositivos revogados; historiadores observam continuidades e rupturas; analistas de políticas públicas identificam tendências (como a eugenio, a utilização da “segurança nacional”, e as tendências contemporâneas relacionadas aos direitos humanos internacionais).

Ao cruzar as colunas “Situação” e “Aspectos migratórios” é possível visualizar o ciclo de vida de cada norma, sua sobreposição normativa e a evolução dos critérios de admissão e proteção de estrangeiros. Assim, os quadros a seguir não configuram apenas em um inventário documental, mas uma ferramenta para compreender como o Brasil passou de país colonizador-agrário a um Estado constitucional preocupado com mobilidade humana, direitos e integração internacional.

A tabela a seguir apresenta a quantificação de cada tipo de norma identificada, evidenciando a diversidade e a complexidade do marco normativo aplicável à temática migratória no Brasil:

Tipo de Norma	Quantidade
Constituições	7
Emendas Constitucionais	3
Leis	50
Decretos	49
Decretos-Lei	36
Portarias (SENAJUS, CONARE, DEMIG, SNJ)	46
Portarias da Anvisa	1
Portarias do Ministério da Saúde	1
Portarias do Ministério do Trabalho	8
Portarias da Polícia Federal	8
Portarias Interministeriais (MJ, MRE, Trabalho, Casa Civil)	64
Portaria Normativa do MEC	1
Resoluções	17

Resoluções Administrativas do CNIg	9
Resoluções Conjuntas CNIg e CONARE	2
Resoluções Conjuntas (CONANDA, CONARE, CNIg, DPU)	1
Resoluções Normativas do CNIg	152
Resoluções Normativas do CONARE	33
Resoluções Recomendadas do CNIg	11
Resoluções Recomendatórias do CONARE	2
Instituição Normativa da Polícia Federal	1
TOTAL	502

A seguir apresenta-se a doutrina jurídica que prevaleceu em cada momento histórico, acompanhada de um quadro sinóptico com a natureza da cada marco legal e links para consulta das legislações originais. Por último, são apresentadas as considerações finais do estudo.

3. Aspectos doutrinários dos principais períodos da historiografia da Legislação Migratória

3.1 Séculos XIX-XX – Brasil Império e Primeira República

A partir do Brasil Império, com o Decreto nº 2, de dezembro de 1820 – primeiro ato geral a exigir passaportes para entrada e saída do território – até os Decretos republicanos n.º 528 e n.º 529, de 1890, são instituídas normas de controle administrativo de “imigrantes desejáveis e indesejáveis”. Nesse arco de setenta anos, a legislação migratória se consolida como instrumento de controle populacional.

Em razão do colapso do tráfico atlântico - a partir da Lei Eusébio de Queirós, 1850 - e a abolição da escravatura, decretada em 1888, a fim de substituir a mão de obra escrava, a Coroa celebra contratos de imigração subvencionada (subvenção de passageiros, hospedagem e adiantamentos salariais) com agentes na Europa, sobretudo após o Decreto n.º 528/1890 que cria as estações de trabalho para distribuição de recém-chegados.

As Leis Provinciais (como a paulista n.º 14/1852) e Regulamentos Imperiais de terras incentivavam a formação de núcleos de colonos europeus (destacando-se as nacionalidades alemã e italiana) mediante doação de lotes, sementes e crédito. A Lei de Terras (Lei n.º 601/1850) proíbe a aquisição por posse e passa a exigir compra do solo, abrindo espaço para companhias colonizadoras privadas e reforçando a vinda de imigrantes com algum capital.

Inspirada pelo higienismo e pela teoria do “branqueamento demográfico”, a legislação sanitária de fronteira (Regulamentos de 1850 e 1862) impõe quarentenas e inspeções, ao passo que relatórios ministeriais defendem a “melhoria do elemento humano” pela imigração europeia. Esses instrumentos antecipam as futuras cotas étnicas da década de 1930.

O período da chamada “Grande Imigração” (1880–1930) (Seyferth, 2015) representou o principal ciclo de entrada de estrangeiros no Brasil, marcado por fluxos em massa de trabalhadores europeus, sobretudo provenientes da Itália, Espanha, Portugal e Alemanha. Estima-se que 3,8 milhões de imigrantes tenham ingressado no país nesse intervalo, impulsionados por crises econômicas e sociais em seus países de origem e pela busca de novas oportunidades nas Américas (Reznik, 2020).

No plano jurídico, esse ciclo foi fortemente moldado por dispositivos normativos seletivos, que buscavam promover a imigração branca europeia. Com o crescimento desses fluxos, o Estado brasileiro passou a investir em dispositivos de recepção e triagem, especialmente nas cidades portuárias. Foram criadas as chamadas hospedarias de imigrantes, estruturas de recepção e triagem sanitária e documental, que visavam organizar a distribuição da força de trabalho imigrante no território nacional. Dentre as principais unidades destacam-se:

- Hospelaria de Imigrantes do Brás (São Paulo) – inaugurada em 1887, funcionou até 1978, e chegou a receber mais de 60% dos imigrantes que ingressaram no Brasil nesse período.
- Hospelaria da Ilha das Flores (Rio de Janeiro) – ativa entre 1883 e 1966, responsável pela recepção de trabalhadores enviados a fazendas fluminenses e mineiras.

Essas instituições funcionavam como postos de controle estatal, com serviços médicos, alojamentos, alimentação básica e recrutamento de trabalhadores por fazendeiros ou agentes do governo. A presença de tais hospedarias revela o grau de centralização administrativa que a política migratória passou a assumir no início da Primeira República.

O fim da Primeira Guerra Mundial (1918) marcou uma nova etapa nas migrações internacionais. Países centrais como os Estados Unidos adotaram, já em 1921, legislação restritiva à imigração, como a Emergency Quota Act (1921) e, posteriormente, o Immigration Act de 1924, que estabeleceram cotas rígidas com base na nacionalidade dos imigrantes. Tais medidas visavam conter o ingresso de populações consideradas “não assimiláveis”, especialmente do Sul e do leste europeu.



Diante do fechamento progressivo das fronteiras norte-americanas, o Brasil tornou-se uma alternativa viável para esses contingentes. O governo brasileiro, por sua vez, via nessa oportunidade a chance de atrair mão de obra para suas lavouras e colonatos, especialmente após a libertação dos escravizados em 1888 e a demanda contínua por trabalhadores rurais. Assim, a década de 1920 consolidou o reposicionamento do Brasil no sistema migratório internacional, como espaço receptor de excedentes populacionais europeus.

QUADRO 1. Séculos XIX-XX – Brasil Império e Primeira República

Ato	Tipo	Número/Ano	Data	Ementa	Situação	Aspectos relacionados às migrações	Link
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	2/1820	12/02/1820	Manda exigir passaporte das pessoas que entram e sabem deste Reino do Brazil.	Revogada	Exigência de passaporte.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto_sn/anterioresa1824/decreto-39076-2-dezembro-1820-568666-norma-pl.html
Legislativo (Federal)	Constituição	Constituição Política do Imperio do Brazil	25/03/1824	Manda observar a Constituição Política do Imperio, offerecida e jurada por Sua Magestade o Imperador.	Revogada	Carta de naturalização é atribuição do Imperador.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm
Legislativo (Estadual)	Lei Provincial (RS)	514/1848	28/10/1848	Fixando a Despeza e Orçando a Receita para o exercicio de 1849-1850, e ficando em vigor desde a sua publicação.	Revogada	Cede terras devolutas para colonização estrangeira no RS.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-514-28-outubro-1848-559998-publicacaooriginal-82506-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	581/1850	09/04/1850	Estabelece medidas para a repressão do trafico de africanos neste Imperio.	Revogada	Lei Eusébio de Queirós. Extingue o tráfico negreiro e inaugura a política de "trabalho livre".	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/LIM581.htm
Legislativo (Federal)	Lei	601/1850	18/10/1850	Dispõe sobre as terras devolutas do Império.	Revogada	Lei de Terras. Proíbe novas sesmarias e determina venda de terras devolutas, visa atrair colonos europeus (prevê naturalização para eles após 2 anos de residência).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lm/LIM601.htm

Legislativo (Estadual)	Lei Provincial (RS)	229/1851	11/10/1851	Doação de terras e subsídios a colonos europeus.	Revogada	Concede gratuitamente as terras aos colonos provindos da imigração dirigida.	http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bd000144.pdf
Legislativo (Estadual)	Lei Provincial (SP)	14/1852	26/03/1852	Subvenção paulista à passagem de imigrantes Europeus.	Revogada	A província de São Paulo passa a subsidiar parte ou a totalidade do custo das passagens marítimas para os imigrantes Europeus.	https://www4.pucsp.br/revistacordis/downloads/numero3_4/revista_cordis_3_4_katia.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	1318/1854	30/01/1854	Manda executar a Lei N.º 601 de 18 de Setembro de 1850.	Revogada	Execução da Lei de Terras, cria Repartição Geral de Terras Públicas.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1318-30-janeiro-1854-558514-publicacaooriginal-79850-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	1746/1856	16/04/1856	Dá Regulamento para a Secretaria da Policia da Corte.	Revogada	Tabela de emolumentos de passaportes e serviços policiais.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1746-16-abril-1856-571195-publicacaooriginal-94291-pe.html
Legislativo (Federal)	Lei	2615/1875	08/04/1875	Providencia sobre o processo e julgamento de crimes que forem commettidos em paiz estrangeiro contra o Brazil e os brasileiros.	Revogada	Trata de crimes contra brasileiros no exterior.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-2615-4-agosto-1875-549644-publicacaooriginal-65135-pl.html
Legislativo (Estadual)	Lei Provincial (SP)	(s/n)/1885	28/10/1885	Autoriza contrato com Sociedade Promotora da Imigração.	Revogada	Responsável por e receber e dar o encaminhamento para todas as pendências apresentadas pelos imigrantes com o governo de São Paulo.	https://caph.fflch.usp.br/node/3142

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	212/1890	22/02/1890	Revoga as leis que exigem passaporte em tempo de paz.	Revogada	Dispõe sobre a inexigência de passaporte para estrangeiros em tempo de paz.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-212-22-fevereiro-1890-508151-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	528/1890	28/06/1890	Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brazil.	Revogada	Regula introdução e localização de imigrantes e restringe a entrada de asiáticos e africanos,	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Constituição	Constituição da República de 1891	24/02/1891	Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil 1891.	Revogada	A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, a segurança individual e a propriedade.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm
Legislativo (Federal)	Lei	97/1892	10/05/1892	Permitte livre entrada no territorio da Republica de imigrantes de nacionalidade chineza e japoneza; autorisa o governo a promover a execução do tratado de 5 de setembro de 1890 com a China; a celebrar tratado de commercio, paz e amizade com o Japão, e dá outras providencias attinentes á immigração daquellas procedencias.	Revogada	Livre entrada de imigrantes de nacionalidade chinesa e japonesa no Brasil, resultado de tratados comerciais.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-97-5-outubro-1892-541345-publicacaooriginal-44841-pl.html

Legislativo (Federal)	Lei	2416/1911	28/06/1911	Regula a extradição de nacionaes e estrangeiros e o processo e julgamento dos mesmos, quando, fóra do paiz, perpetrarem algum dos crimes mencionados nesta lei	Revogada	Regula a extradição de nacionaes e estrangeiros e o processo e julgamento dos mesmos, quando, fóra do paiz, perpetrarem algum dos crimes mencionados nesta lei	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1910-1919/lei-2416-28-junho-1911-579206-publicacaooriginal-102088-pl.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	4247/1921	06/01/1921	Regula a entrada de estrangeiros no territorio nacional.	Revogada	Regula a entrada de "estrangeito mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de molestia incuravel ou de molestia contagiosa grave".	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	16761/1924	31/12/1924	Prohibe a entrada no territorio nacional de imigrantes (passageiros de 2 ^a e 3 ^a classe) nos casos e condições previstos nos arts. 1º e 2º da lei n. 4.247, de 6 de janeiro de 1921.	Revogada	Proibe a entrada no territorio nacional de "imigrantes (passageiros de 2 ^a e 3 ^a classe)" por diversos motivos.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16761-31-dezembro-1924-503902-republicacao-88581-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	18384/1928	11/09/1928	Approva o regulamento para a expedição de passaportes pelo Ministerio das Relações Exteriores	Revogada	Intitui o Ministério das Relações Exteriores como responsável pelas experições de passaportes e emissões de vistos para imigrantes	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-18384-11-setembro-1928-562426-publicacaooriginal-86445-pe.html

3.2 Século XX – Estado Novo, Quarta República, Ditadura Militar, Nova República (até 1999)

Ao longo do século XX, a legislação migratória brasileira espelha as viradas políticas do País de regimes autoritários que usaram a imigração como ferramenta de engenharia social e controle interno, até a redemocratização que colocou direitos humanos no centro da pauta, reconhecendo o migrante como sujeito de direitos. Essa trajetória reflete o caminho da política migratória brasileira, tanto a exclusão racial, quanto a política à inclusão gradual baseada em princípios democráticos e humanitários.

Durante o Estado Novo (1937-1945) O Decreto-Lei 406/1938 inaugurou cotas de nacionalidade: a entrada anual de imigrantes passou a ficar limitada a 2% da população já residente da mesma origem, o que, na prática, excluía asiáticos e africanos. Criou-se o Conselho de Imigração e Colonização (CIC) e exigiram-se vistos consulares prévios. O objetivo era selecionar pessoas de nacionalidades consideradas aptas a “assimilar-se” à cultura nacional.

Com a redemocratização de 1946, o discurso eugênico perde força, mas permanece uma filtragem ideológica durante a Guerra Fria. O Decreto 7.967/1945 voltou a atrair mão de obra europeia “trabalhadora”, enquanto a Constituição de 1946 manteve a competência federal sobre a matéria. Já em 1961, o Decreto 50.215 promulgou a Convenção de 1951 sobre Refugiados, abrindo as portas, ainda que timidamente, para o asilo humanitário.

Durante todo o período da Ditadura Militar (1964-1985) a Doutrina de Segurança Nacional passou a ditar a mobilidade internacional. O Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815/1980) e seu regulamento (Decreto 86.715/1981) tratavam o migrante como “potencial ameaça”, condicionando permanência ao “interesse da segurança”. Mesmo assim, durante este período, atraíram-se profissionais qualificados para projetos de infraestrutura, numa política seletiva voltada ao desenvolvimento.

A partir da década de 1960, verifica-se um declínio expressivo dos fluxos da imigração tradicional europeia, que até então havia predominado no cenário migratório brasileiro. Esse esvaziamento coincide com a diminuição das políticas estatais de incentivo à imigração internacional e com a consolidação de novos padrões migratórios no plano global.

Nesse contexto, ganha relevo o ingresso dos chamados “novos imigrantes” (Reznik; Póvoa Neto, 2024), provenientes sobretudo da América do Sul, Caribe, África e Ásia, com perfis mais diversos em termos sociais, étnicos, linguísticos e ocupacionais. Esse processo implicou uma reconfiguração significativa do perfil migratório do país, com crescente presença de nacionalidades antes pouco expressivas no território brasileiro.

Paralelamente, a migração transfronteiriça, especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, passou a ter papel estratégico, impulsionada por fatores como a intensificação de redes migratórias regionais, a ampliação da malha viária de integração sul-americana e a fragilidade institucional em zonas de fronteira. Com isso, a entrada

de migrantes por vias terrestres deixou de ser pontual e passou a configurar fluxos constantes e muitas vezes invisibilizados, desafiando a capacidade estatal de registro, acolhimento e regularização desses grupos.

A partir da Nova República, a Constituição de 1988 equiparou brasileiros e estrangeiros em direitos fundamentais e reconheceu o direito de asilo. Seguiram-se a Lei 9.474/1997 (Lei do Refúgio), que criou o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE), e as primeiras Resoluções Normativas do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), padronizando vistos de trabalho, reunião familiar e estudo. O foco desloca-se da segurança para a proteção de pessoas e a regulação do mercado de trabalho, preparando o terreno para a Lei de Migração 13.445/2017 que, no século XXI, revogaria definitivamente o Estatuto de 1980.

QUADRO 2. Século XX – Estado Novo, Quarta República, Ditadura Militar, Nova República (até 1999)

Ato	Tipo	Número/ Ano	Data	Ementa	Situação	Aspectos relacionados às migrações	Link
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	24215/1934	09/05/1934	Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional.	Revogada	Proibe a entrada de estrangeiros "aleijados, cegos, portadores de enfermidade, cigano, nômade, analfabeto, etc.".	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24215-9-maio-1934-557900-publicacaooriginal-78647-pe.html
Legislativo (Federal)	Constituição	Constituição da República de 1934	16/07/1934	Nós, os representantes do povo brasileiro, pondo a nossa confiança em Deus, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para organizar um regime democrático, que assegure à Nação a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-estar social e econômico, decretamos e promulgamos a seguinte.	Revogada	Assegura a brasileiros e a estrangeiros a inviolabilidade dos direitos fundamentais.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm
Legislativo (Federal)	Constituição	Constituição dos Estados Unidos do Brasil	10/11/1937	"Constituição Polaca".	Revogada	Declara que os direitos fundamentais podem ser suspensos. Coloca imigração no capítulo de segurança nacional.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	341/1938	17/03/1938	Regula a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao Registro de Comércio e dá outras providências.	Revogada	Exige provas da entrada e permanência regular no Brasil para requisição de documentos no Registro de Comércio.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del0341.htm

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	383/1938	18/04/1938	Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências.	Revogada	Proíbe pessoas migrantes de se reunirem, organizarem eventos públicos, concederem entrevistas, escreverem em jornais, etc.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-383-18-abril-1938-350781-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	392/1938	27/04/1938	Regula a expulsão de estrangeiros.	Revogada	É passível de expulsão o estrangeiro que por qualquer motivo comprometer a segurança nacional, a estrutura das instituições ou a tranquilidade pública.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-392-27-abril-1938-348742-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	406/1938	04/05/1938	Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.	Revogada	Proíbe a entrada de estrangeiros por diversos motivos.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-406-4-maio-1938-348724-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	479/1938	08/06/1938	Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros.	Revogada	Prevê expulsão em diversas hipóteses, inclusive por ser "vagabundo ou mendigo, ou se converter em encargo para o poder público".	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-479-8-junho-1938-349695-publicacaooriginal-1-pe.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	639/1938	20/08/1938	Modifica o decreto-lei n.º 406, de 4 de maio de 1938.	Revogada	Flexibilização das normas do Decreto-Lei nº 406.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-639-20-agosto-1938-350871-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	3.010/1938	20/08/1938	Regulamenta o decreto-lei n.º 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional.	Revogada	Estabelece uma quota para o número de estrangeiros admitidos anualmente no Brasil, a fim de preservar a "a constituição étnica do Brasil, suas formas políticas e seus interesses econômicos e culturais".	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1930-1939/decreto-3010-20-agosto-1938-348850-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	809/1938	26/10/1938	Faz alterações no decreto-lei n.º 406, de 4 de maio e no decreto n.º 3.010.	Revogada	Mudanças na tabela de cobrança das taxas para visto em passaporte.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-809-26-outubro-1938-349895-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	948/1938	13/12/1938	Centraliza no Conselho de Imigração e Colonização as medidas constantes de diversos decretos em vigor, tendentes a promover a assimilação dos alienígenas.	Revogada	Centralização da pauta sobre assimilação cultural de colonos imigrantes no Conselho de Imigração e Colonização.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-948-13-dezembro-1938-349142-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	1.023-A/1938	31/12/1938	Transforma o Departamento Nacional do Povoamento em Departamento Nacional de Imigração e dá outras providências.	Revogada	Cria Departamento Nacional da Imigração.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1023-a-31-dezembro-1938-349910-publicacaooriginal-1-pe.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	1.201/1939	08/04/1939	Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios.	Revogada	Art. 40. Só os brasileiros, natos ou naturalizados, poderão exercer funções ou cargos públicos ou empregos dos Estados ou Municípios. § 2º Os estrangeiros que nesta data se encontram no exercício de funções deverão encaminhar requerimentos de naturalização.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del1202.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	1.273/1939	17/05/1939	Estabelece gratificações de função para o Chefe da Secretaria e os Chefes de Seção do Conselho de Imigração e Colonização e dá outras providências.	Revogada	Estabelece gratificações.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1273-17-maio-1939-349647-norma-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	1.377/1939	27/06/1939	Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros nos casos do artigo 3º, alíneas a e b do Decreto-Lei nº. 479, de 8 de junho de 1938.	Revogada	Expulsão para "o estrangeiro houver manifestado pensamentos ou praticado atos que importem menosprezo do Brasil ou das suas instituições".	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1377-27-junho-1939-349661-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	1.532/1939	23/08/1939	Suspende a exucação do art.. 12, parágrafo único, do Decreto-Lei número 406.	Revogada	Flexibilização das normas do Decreto-Lei nº 406.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1532-23-agosto-1939-411571-publicacaooriginal-1-pe.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	1.545/1939	25/08/1939	Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros.	Revogada	Prevê competência de todos os órgãos públicos, dentre todas as esferas, para adaptação de brasileiros filhos de imigrantes por meio do "ensino e uso da língua nacional, pelo cultivo da história do Brasil, pela incorporação em associações de caráter patriótico e por todos os meios que possam contribuir para a formação de uma consciência comum."	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	1.801/1939	23/11/1939	Dispõe sobre a aquisição com serviço militar dos estrangeiros, de que trata o § 2º do art. 40, do Decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939.	Revogada	Art. 1º Os estrangeiros de que trata o § 2º do art. 40, do Decreto-lei n. 1.202, de 8 de abril de 1939, ficam obrigados à quitação do serviço militar no Brasil	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1801-23-novembro-1939-411632-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	1.966/1940	16/01/1940	Uniformiza em todo território nacional a taxa de registo de estrangeiro.	Revogada	Dispõe sobre taxas cobradas pelo Conselho de Imigração e Colonização.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-1966-16-janeiro-1940-411929-publicacaooriginal-1-pe.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	2.017/1940	14/02/1940	Concede facilidade aos nacionais de Estados americanos para entrada no território brasileiro.	Revogada	Aos residentes nas cidades ou localidades atuadas nas zonas de fronteira, de acordo com a discriminação for adotada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, somente será exigida a carteira ou cédula de identidade.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-2017-14-fevereiro-1940-411923-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	3.175/1941	07/04/1941	Restringe a imigração e dá outras providências.	Revogada	Art. 1º Fica suspensa a concessão de vistos temporários para a entrada de estrangeiros no Brasil. Executam-se os vistos concedidos: 1) a nacionais de Estados americanos; 2) a estrangeiros de outras nacionalidades, desde que provem possuir meios de subsistência	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3175-7-abril-1941-413194-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	3.209/1941	26/04/1941	Prorroga o prazo para a naturalização de jornalistas estrangeiros.	Revogada	Prorroga o prazo para a naturalização de jornalistas estrangeiros.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3209-26-abril-1941-413291-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	3.424/1941	15/07/1941	Prorroga o prazo para registro dos estrangeiros que se encontram no país em caráter permanente.	Revogada	Prorroga o prazo para registro dos estrangeiros que se encontram no país em caráter permanente.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3424-15-julho-1941-413167-publicacaooriginal-1-pe.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	3.911/1941	04/12/1941	Estabelece medidas de proteção e segurança aos interesses de estrangeiros na atual emergência.	Revogada	Todas as operações em que intervenham pessoas naturais ou jurídicas de países não pertencentes ao Continente Americano e que se acham em estado de guerra dependerão de licença prévia da Fiscalização Bancária do Banco do Brasil.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3911-9-dezembro-1941-386472-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	4.051/1942	23/01/1942	Dispõe sobre o registro de estrangeiros e a multa devida por excesso de prazo.	Revogada	Dispõe sobre o registro de estrangeiros e a multa devida por excesso de prazo.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4051-23-janeiro-1942-414403-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	4.166/1942	11/03/1942	Dispõe sobre as indenizações devidas por atos de agressão contra bens do Estado Brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.	Revogada	Art. 2º Será transferida para o Banco do Brasil uma parte de todos os depósitos bancários, ou obrigações de natureza patrimonial superiores a dois contos de réis, de que sejam titulares súditos alemães, japoneses e italianos, pessoas físicas ou jurídicas.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4166-11-marco-1942-414196-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	4.357/1942	04/06/1942	Mantem, por 120 dias, o registro profissional dos jornalistas estrangeiros e da outras providências	Revogada	Mantem, por 120 dias, o registro profissional dos jornalistas estrangeiros e da outras providências	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4357-4-junho-1942-414689-publicacaooriginal-1-pe.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	4.865/1942	23/10/1942	Proibe a suspensão condicional da pena imposta aos estrangeiros que se encontrem no país em caráter temporário.	Revogada	Proibe a suspensão condicional da pena imposta aos estrangeiros que se encontrem no país em caráter temporário.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4865-23-outubro-1942-415019-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	5.448/1943	30/04/1943	Cria uma taxa especial para os requerimentos de retificação de nacionalidade em carteiras e identidade para estrangeiros.	Revogada	Cria uma taxa especial para os requerimentos de retificação de nacionalidade em carteiras e identidade para estrangeiros.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5448-30-abril-1943-415496-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	5.630/1943	29/06/1943	Transforma a Diretoria da Justiça e do Interior, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, em Departamento do Interior e da Justiça e dá outras providências.	Revogada	Divisão de Justiça da DIJ passa a ser responsável pela temática.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-5630-29-junho-1943-415808-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	6238/1944	03/02/1944	Dispõe sobre o registro dos estrangeiros admitidos em caráter temporário, e dá outras providências	Revogada	O registro dos estrangeiros admitidos no território do Brasil como temporários será feito mediante apresentação dos documentos com os quais viajaram e, de preferência, no próprio local do desembarque.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6238-3-fevereiro-1944-379333-publicacaooriginal-1-pe.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	6.430/1944	17/04/1944	Dispõe sobre as transações imobiliárias e o estabelecimento de indústria a comércio de estrangeiros na faixa de fronteiras.	Revogada	As transações de terras particulares na faixa de cento e cinquenta (150) quilômetros ao longo da fronteira do território nacional serão permitidas aos estrangeiros, uma vez que a área de cada um deles não ultrapasse dois mil (2.000) hectare.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-6430-17-abril-1944-452643-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	7.575/1945	21/05/1945	Revoga o Decreto-lei n.º 3.175, de 7 de abril de 1941.	Revogada	Facilita a imigração dos países europeus para o Brasil.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7575-21-maio-1945-417343-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	7.723/1945	10/07/1945	Suspende os efeitos dos Decretos-Leis nºs. 3911, de 9 de dezembro de 1941, e 4166, de 11 de março de 1942, em relação às pessoas físicas italianas, residentes no Brasil, e dá outras providências.	Revogada	Ficam liberados dos ônus impostos pelo Decreto-lei nº 4.166, de 11 de março de 1942, os bens e direitos pertencentes às pessoas físicas italianas que residam no território nacional	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7723-10-julho-1945-378585-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	7.967/1945	18/09/1945	Dispõe sobre a Imigração e Colonização, e dá outras providências.	Revogada	Cessada a guerra mundial, novo Decreto intenta atender à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e de desenvolver a imigração que fôr fator de progresso para o país.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-7967-18-setembro-1945-416614-publicacaooriginal-1-pe.html

Legislativo (Federal)	Constituição	Constituição dos Estados Unidos do Brasil	18/09/1946	Constituição dos Estados Unidos do Brasil	Revogada	A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	23.350/1947	15/07/1947	Dispõe sobre a execução dos artigos 6º e 7º do Decreto-Lei n. 7967, de 18 de setembro de 1945.	Revogada	Regulamenta vistos de trânsito e turismo, prazos e requisitos.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-23350-15-julho-1947-340944-publicacaooriginal-1-pe.html
Legislativo (Federal)	Lei	818/1949	18/09/1949	Regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade, e a perda dos direitos políticos.	Revogada	Define critérios de nacionalidade p/ filhos de estrangeiros nascidos no Brasil ou no exterior	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L0818.htm
Legislativo (Federal)	Lei	2.163/1954	05/01/1954	Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.	Revogada	Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/I2163.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	35.519/1954	19/05/1954	Aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.	Revogada	Aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-35519-19-maio-1954-327426-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	36.193/1954	20/09/1954	Da nova redação ao Decreto nº 35.519, de 19 de maio de 1954, que aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.	Revogada	Aprova a nova redação do Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-36193-20-setembro-1954-323074-publicacaooriginal-1-pe.html

Legislativo (Federal)	Lei	2.597/1955	12/09/1955	Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país e dá outras providências.	Revogada	Define a faixa de fronteira (150 km) e sujeita a assentamentos de estrangeiros a controle do Conselho de Segurança Nacional.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l2597.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	39.364/1956	13/06/1956	Regulamenta o art. 7º da Lei número 2.163, de 5 de janeiro de 1954 e dá outras providências.	Revogada	Completa o Regulamento do INIC: escolta sanitária, transporte e alojamento de imigrantes.	https://legis.senado.leg.br/norma/461945/publicacao/15659544
Legislativo (Federal)	Lei	3.192/1957	04/07/1957	Modifica disposições da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, que regula a aquisição, a perda e a reaquisição da nacionalidade e a perda dos direitos políticos.	Revogada	Reduz prazos para naturalização e ajusta taxas.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3192-4-julho-1957-354773-publicacaooriginal-1-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	3.359/1957	22/12/1957	Dispõe sobre as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade renumerada no País e sobre a abolição do registro policial de estrangeiros.	Revogada	Estabelece as condições para admissão de nacionais e estrangeiros ao exercício de atividade remunerada no País e extingue o registro policial de estrangeiros, transferindo-o para o Ministério do Trabalho.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-3359-22-dezembro-1957-354829-publicacaooriginal-1-pl.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	45.770/1959	08/04/1959	Dá nova redação ao artigo 28 do Regulamento do I.N.I.C. baixado com o Decreto nº 36.193, de 20-9-54.	Revogada	Dispõe sobre o funcionamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/_decret/1950-1959/decreto-45770-8-abril-1959-384938-publicacaooriginal-1-pe.html
Legislativo (Federal)	Lei	3.696/1959	18/12/1959	Dispõe sobre naturalização de estrangeira casada com brasileiro que exerce função permanente no exterior.	Revogada	Primeiro dispositivo a tratar da naturalização-facilitada para familiares de servidores brasileiros no exterior.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/_lei/1950-1959/lei-3696-18-dezembro-1959-354378-publicacaooriginal-1-pl.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	11/1960	08/07/1960	Aprova a Convenção de 25 de julho de 1951, relativa ao Estatuto dos Refugiados, assinada pelo Brasil a 15 de julho de 1952.	Revogada	Convenção do Estatuto dos Refugiados.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/_decleg/1960-1969/_decretolegislativo-11-7-julho-1960-349947-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=Aprova%20
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	50.215/1961	28/01/1961	Promulga a Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados, concluída em Genebra, em 28 de julho de 1951.	Revogada	Convenção do Estatuto dos Refugiados.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/d50215.htm
Legislativo (Federal)	Lei Delegada	11/1962	11/10/1962	Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA) e dá outras providências.	Revogada	Marca a virada de política de colonização para política agrária e fundiária; o imigrante deixa de ser visto como mão-de-obra prioritária e passa a ser componente de projetos de reforma agrária.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/_leidel/1960-1969/_leidelegada-11-11-outubro-1962-364968-publicacaooriginal-1-pl.html

Legislativo (Federal)	Lei	4.204/1963	07/02/1963	Isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participarem dos IV Jogos Pan-Americanos.	Revogada	Dispensa esportiva de visto.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4204-7-fevereiro-1963-353974-publicacaooriginal-1-pl.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	51.914-B/1963	26/04/1963	Regulamenta a Lei n.º 4204, de 7 de fevereiro de 1963, que isenta do visto consular os desportistas, cidadãos de países americanos, que participarem dos IV jogos Pan-Americanos.	Revogada	Procedimentos para dispensa de visto especificamente para os Jogos Pan-Americanos.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decree/1960-1969/decree-51914-b-26-abril-1963-391426-publicacaooriginal-1-pe.html
Legislativo (Federal)	Lei	4.322/1964	07/04/1964	Dispõe sobre atribuições conferidas às autoridades de polícia para fiscalizar e conceder ingresso em território nacional a estrangeiros.	Revogada	Dá poder à Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras para fiscalizar e conceder ingresso de estrangeiros	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4322-7-abril-1964-376606-publicacaooriginal-1-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	4.404/1964	14/09/1964	Dispõe sobre a nacionalidade de menor estrangeiro residente no País, filho de pais estrangeiros naturalizados brasileiros e aqui domiciliados.	Revogada	Reconhece como brasileiro o menor estrangeiro filho de pais naturalizados e domiciliados no Brasil.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4404-14-setembro-1964-376578-publicacaooriginal-1-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	4.473/1964	12/11/1964	Dispõe sobre atribuições das autoridades para fiscalizar a entrada de estrangeiros no território nacional, e dá outras providências.	Revogada	Autoriza o Executivo a suspender desembarque de estrangeiros sem contrato de trabalho aprovado	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4473-12-novembro-1964-376860-publicacaooriginal-66498-pl.html

Legislativo (Federal)	Lei	5.145/1966	20/10/1966	Dispõe sobre a naturalização dos filhos menores, nascidos antes da naturalização dos pais, modifica os artigos 3º, 4º e 8º da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949, revoga a Lei nº 4.404, de 14 de setembro de 1964, e dá outras providências.	Revogada	Atualiza regras de naturalização de menores, revogando a Lei 4.404 e ajustando artigos da Lei 818/49.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5145-20-outubro-1966-368628-norma-pl.html
Legislativo (Federal)	Constituição	Constituição da República Federativa do Brasil	24/01/1967	Constituição da República Federativa do Brasil.	Revogada	Centraliza a matéria migratória no Executivo e liga-a ao capítulo de Segurança Nacional; mantém jus soli e naturalização restrita.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao_Constituicao67.htm
Legislativo (Federal)	Lei	5.411/1968	09/04/1968	Extingue a taxa de imigração criada pelo Decreto-Lei nº 406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, modificado pelo Decreto-Lei nº 639, de 20 de agosto de 1938.	Revogada	Extingue taxa de imigração criada em 1938.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5411-9-abril-1968-359159-publicacaooriginal-1-pl.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	417/1969	10/01/1969	Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros.	Revogada	Rito sumário de expulsão (com exceção familiar).	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-417-10-janeiro-1969-378081-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	494/1969	10/03/1969	Regulamenta o Ato Complementar nº. 45, de 30 de janeiro de 1969, que dispõe sobre a aquisição de propriedade rural por estrangeiro.	Revogada	Restrições a imóvel rural por estrangeiro (faixa de fronteira).	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-494-10-marco-1969-363960-publicacaooriginal-1-pe.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	670/1969	03/07/1969	Modifica e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº. 499, de 17 de março de 1969.	Revogada	Novo modelo de Carteira de Identidade de Estrangeiro.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/_decrei/1960-1969/decreto-lei-670-3-julho-1969-374178-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	941/1969	13/10/1969	Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e dá outras providências.	Revogada	Consolida situação jurídica do estrangeiro (visto, registro).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0941.htm
Legislativo (Federal)	Emenda Constitucional	1/1969	30/10/1969	Emenda Constitucional nº 1/1969	Revogada	Reforma constitucional: nacionalidade e expulsão.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67EMC69.htm#nova%20reda%C3%A7%C3%A3o
Legislativo (Federal)	Lei	5.587/1970	02/07/1970	Altera a redação do artigo 2º do Decreto-lei nº 499, de 17 de março de 1969, que institui nova carteira de identidade estrangeira e dá outras providências.	Revogada	Prorroga validade da cédula de estrangeiro.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5587-2-julho-1970-358610-publicacaooriginal-1-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	5.709/1971	07/10/1971	Regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no País ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil e dá outras providências.	Revogada	Imóvel rural por estrangeiro.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5709-7-outubro-1971-357938-normaactualizada-pl.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	70.946/1972	07/08/1972	Promulga o Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados.	Revogada	Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d70946 .

Legislativo (Federal)	Lei	5.815/1972	31/10/1972	Prorroga o prazo de validade para as carteiras de identidade de estrangeiros "modelo19".	Revogada	Nova prorrogação da Carteira de Estrangeiro.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5815-31-outubro-1972-357960-normaactualizada-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	6.015/1973	31/12/1973	Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências.	Revogada	Lei dos Registros Públicos (certidões no exterior).	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6015-31-dezembro-1973-357511-normaactualizada-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	6.110/1974	01/10/1974	Prorroga o prazo de validade das carteiras de identidade de estrangeiros "modelo 19" e dá outras providências.	Revogada	Prorroga validade da cédula de estrangeiro.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6110-1-outubro-1974-357574-normaactualizada-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	6.262/1975	18/11/1975	Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 941, de 13 de outubro de 1969, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, e dá outras providências.	Revogada	Altera DL 941/69: registro e multas.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6262-18-novembro-1975-357107-publicacaooriginal-1-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	6.370/1976	27/10/1976	Prorroga o prazo de validade de carteira de identidade para estrangeiro.	Revogada	Nova prorrogação do documento de identidade.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6370-27-outubro-1976-357106-publicacaooriginal-1-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	6.447/1977	06/10/1977	Renova o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiro.	Revogada	Prorroga cédula de estrangeiro até 1978.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6447-6-outubro-1977-366371-publicacaooriginal-1-pl.html

Legislativo (Federal)	Lei	6.570/1978	30/09/1978	Prorroga o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiros.	Revogada	Prorroga cédula de estrangeiro até 1980.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6570-30-setembro-1978-365780-publicacaooriginal-1-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	6.634/1979	02/05/1979	Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei nº 1.135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências.	Revogada	Faixa de fronteira (limite à posse de terras).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6634.htm?utm_source=chatgpt.com
Legislativo (Federal)	Lei	6.735/1979	04/12/1979	Renova o prazo de validade da carteira de identidade para estrangeiros.	Revogada	Última prorrogação da cédula antes do Estatuto.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6735-4-dezembro-1979-366112-publicacaooriginal-1-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	6.815/1980	19/08/1980	Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.	Revogada	Estatuto do Estrangeiro.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6815-19-agosto-1980-366138-republicacaoatualizada-34210-pl.html
Legislativo (Federal)	Lei	6.964/1981	10/12/1981	Altera disposições da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que "define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências".	Revogada	Regulamenta a Lei 6.815/1980.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6964-9-dezembro-1981-357121-publicacaooriginal-1-pl.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	86.715/1981	26/03/1981	Regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração, e dá outras providências.	Revogada	Exigência de vacina e medidas sanitárias de fronteira.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto/1980-1987/decreto-86715-10-dezembro-1981-436282-publicacaooriginal-1-pe.html

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MS)	293/1981	14/12/1981	Aprova modelos de atestados e formulários de saúde, destinados à aplicação do disposto no artigo 35 do Decreto nº 86715/81, regulamentador da lei define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.	Revogada	Dispõe sobre restrições sanitárias ao ingresso de estrangeiros no Brasil.	
Legislativo (Federal)	Lei	7.180/1983	20/12/1983	Dispõe sobre a concessão da permanência no Brasil aos estrangeiros registrados provisoriamente.	Revogada	Lei de Anistia Migratória (regularização 1983).	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7180-20-dezembro-1983-356822-publicacaooriginal-1-pl.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto-Lei	2.481/1988	10/03/1988	Registro provisório para estrangeiro em situação ilegal.	Revogada	Anistia migratória.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/_de12481.htm
Legislativo (Federal)	Constituição	Constituição da República Federativa do Brasil	10/05/1988	Constituição da República Federativa do Brasil.	Em vigor	Direitos fundamentais; nacionalidade; refúgio.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	96.998/1988	18/10/1988	Regulamenta DL 2.481/88 sobre registro provisório.	Revogada	Anistia migratória; registro provisório.	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1988/decreto-96998-18-outubro-1988-448262-publicacaooriginal-1-pe.html
Legislativo (Federal)	Lei	7.685/1988	12/02/1988	Registro provisório para estrangeiro em situação ilegal (anistia).	Revogada	Anistia migratória.	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1988/lei-7685-2-dezembro-1988-368206-publicacaooriginal-1-pl.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	98.961/1990	15/02/1990	Expulsão de estrangeiro condenado por tráfico de entorpecentes.	Revogada	Expulsão por tráfico de drogas.	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1990-decreto-98961-15-fevereiro-1990-328452-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	11/1991	18/01/1991	Simplifica as exigências sanitárias para ingresso e permanência de estrangeiros no País, altera o Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981.	Revogada	Inclui Departamento de Estrangeiros.	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-11-18-janeiro-1991-342571-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	87/1991	15/04/1991	Simplifica exigências sanitárias de ingresso de estrangeiros; altera Dec. 86.715/81.	Revogada	Controle sanitário de fronteiras.	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1991/decreto-87-15-abril-1991-342834-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (ANVISA)	392/1991	05/03/1991	Exigências sanitárias para renovação de registros provisórios de estrangeiros.	Revogada	Saúde pública e registros provisórios.	
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MTE)	606/1991	12/02/1991	Define procedimentos para permanência de estrangeiro por reunião familiar.	Revogada	Estabelece os procedimentos para a reunião familiar de estrangeiros no Brasil.	
Legislativo (Federal)	Lei	8.490/1992	19/11/1992	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios e dá outras providências.	Em vigor	Insere o Conselho Nacional de Imigração como parte do Ministério do Trabalho.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8490.htm#:~:text=LEI%20N%C2%B0%208.490%2C%20DE%2019%20DE%20NOVEMBRO%20DE%20

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	740/1993	02/03/1993	Revoga dispositivos do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, que regulamenta a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.	Revogada	Visto permanente.	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1993/decreto-740-3-fevereiro-1993-336539-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	840/1993	22/06/1993	Dispõe sobre organização e funcionamento do CNIg.	Revogada	Composição e competências do CNIg.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0840.htm
Legislativo (Federal)	Emenda Constitucional de Revisão	3/1994	06/08/1994	Altera a alínea "c" do inciso I, a alínea "b" do inciso II, o § 1º e o inciso II do § 4º do art. 12 da Constituição Federal.	Revogada parcialmente	Aquisição de nacionalidade brasileira.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecri/1994/
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	1.455/1995	13/04/1995	Dá nova redação ao art. 93 do Decreto 86.715/1981 (visto temporário).	Revogada	Prazo do visto temporário.	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1995/decreto-1455-13-abril-1995-426238-publicacaooriginal-1-pe.html
Legislativo (Federal)	Lei	9.076/1995	07/10/1995	Altera a redação do art. 12 e suprime o art. 53 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, com as alterações introduzidas pela Lei nº 6.964, de 10 de dezembro de 1981, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil.	Em vigor	Altera prazos de validade do visto de turista (até 5 anos).	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1995/lei-9076-10-julho-1995-374213-publicacaooriginal-1-pl.html
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	634/1996	21/06/1996	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Imigração, na forma do Anexo à presente Portaria.	Em vigor	Regimento Interno do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/regimento_interno/regimentointerno%20CNIG.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Administrativa (CNIg)	01/1996	29/07/1996	Define prazos para pedido de reconsideração ao CNIg.	Em vigor	Recurso administrativo no CNIg.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13529-resolucao-administrativa-n-01-de-29-07-1996
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	1/1997	29/04/1997	Visto para professor/pesquisador de alto nível e cientistas estrangeiros.	Em vigor	Visto para pesquisadores e cientistas.	https://www.legistrab.com.br/resolucao-normativa-001-de-1997-cnig-concessao-de-visto-para-professor-ou-pesquisador-de-alto-nivel-e-para-cientistas-estrangeiros/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	2/1997	21/05/1997	Chamada de mão-de-obra a serviço do Governo brasileiro.	Revogada	Mão-de-obra governamental.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-2-1997_95440.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	4/1997	21/05/1997	Concessão de visto ou permanência a título de reunião familiar.	Revogada	Reunião familiar e permanência no Brasil.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-4-1997_95434.html
Legislativo (Federal)	Lei	9.474/1997	22/07/1997	Define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951.	Em vigor	Proteção internacional e refúgio.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	5/1997	21/08/1997	Visto permanente ou permanência definitiva a estrangeiro que perdeu condição de permanente.	Revogada	Regularização de vistos permanentes.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1631
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	6/1997	21/08/1997	Concessão de permanência definitiva a asilados/refugiados e familiares.	Revogada	Refúgio e permanência definitiva para refugiados e asilados.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1629

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	7/1997	21/08/1997	Concessão de autorização de trabalho a estrangeiros na condição de artista ou desportista, sem vínculo empregatício.	Revogada	Autorização de trabalho a artista ou desportista estrangeiro, sem vínculo empregatício.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-7-1997_95428.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	8/1997	11/10/1997	Concessão de visto a estrangeiros que venham ao País para prestar serviços junto a entidades de assistência social.	Revogada	Visto a estrangeiros que prestam serviços junto a entidades de assistência social.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-8-1997_95426.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	9/1997	11/10/1997	Disciplina concessão de vistos no Brasil e no exterior.	Revogada	Procedimentos gerais de vistos.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1645
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	10/1997	11/10/1997	Concessão de visto a estrangeiro Administrador, Gerente, Diretor ou Executivo de Sociedade Comercial.	Revogada	Visto para administrador, gerente ou executivo de sociedade comercial.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-10-1997_95420.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	11/1997	11/10/1997	Revoga RN 17/1988 após promulgação da Convenção da ONU sobre Refugiados.	Em vigor	Alinhamento com a Convenção da ONU sobre Refugiados.	
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	12/1998	13/05/1998	Critérios de escolaridade e experiência para autorização de trabalho a estrangeiros a serem admitidos no Brasil sob visto temporário, previsto no artigo 13, inciso V, da Lei nº 6.815/80, com vínculo empregatício.	Revogada	Critérios de escolaridade e experiência para visto de trabalho (art. 13 V Lei 6.815).	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-12-1998_95833.html

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	13/1998	13/05/1998	Dispõe sobre a autorização de trabalho e concessão de visto a estrangeiros sob contrato de prestação de serviço de assistência técnica, acordo de cooperação, convênio ou instrumentos similares, sem vínculo empregatício, com alteração introduzida pela Resolução Normativa nº 29, de 25 de novembro de 1998.	Revogada	Trabalho/visto para assistência técnica sem vínculo empregatício.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-13-1998_95830.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	14/1998	13/05/1998	Regula saída do País de estrangeiro com visto temporário.	Revogada	Saída temporária para imigrantes com visto temporário.	https://www.legistrab.com.br/resolucao-normativa-014-de-1998-cnig-saida-do-pais-do-estrangeiro-com-visto-temporario/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	15/1998	13/05/1998	Disciplina a concessão de visto permanente para estrangeiros com base em aposentadoria, com alteração introduzida pela Resolução Normativa nº 20, de 12.11.1998.	Revogada	Visto permanente para estrangeiro aposentado.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-15-1998_95821.html
Adm. Normativo (Executivo)	Lei	9.675/1998	29/06/1998	Amplia, para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional, o prazo para requerer registro provisório.	Revogada	Amplia prazo de anistia a estrangeiros em situação irregular.	http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1998/lei-9675-29-junho-1998-352854-publicacaooriginal-1-pl.html

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	16/1998	18/08/1998	Disciplina a concessão de visto a cientista, professor ou pesquisador estrangeiro que pretenda vir ao País, para participar de conferências, seminários ou reuniões na área de pesquisa e desenvolvimento, para integrar missão de estudos ou de cooperação e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	Revogada	Visto para cientista/ professor/ pesquisador estrangeiro participar de eventos técnicos.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-16-1998_95817.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	18/1998	18/08/1998	Disciplina a concessão de visto permanente a estrangeiro que pretenda vir ao País na condição de investidor, administrador ou diretor de empresa localizada em Zona de Processamento de Exportação - ZPE.	Revogada	Visto para empresários estrangeiros.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-17-1998_95810.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	01/1998	27/10/1998	Estabelece modelo para o Termo de Declaração a ser preenchido pelo Departamento de Polícia Federal por ocasião da solicitação inicial de refúgio.	Revogada	Termo de Declaração para solicitação de refúgio.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-01-do-conare-revogada-pela-resolucao-normativa-n-18.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	02/1998	27/10/1998	Adota o modelo de questionário para a solicitação de refúgio.	Revogada	Adota o modelo de questionário para a solicitação de refúgio.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-02-do-conare-revogada-pela-resolucao-normativa-n-18.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	756/1998	05/11/1998	Aprova o regimento interno do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE.	Em vigor	Aprova o regimento interno do Comitê Nacional para os Refugiados – CONARE.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	23/1998	25/11/1998	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que pretenda vir ao País para realizar residência médica.	Revogada	Visto para residência médica.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-23-1998_95799.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	03/1998	01/12/1998	Estabelece modelo de Termo de Responsabilidade que deverá preceder o registro, na condição de refugiado, no Departamento de Polícia Federal.	Revogada	Estabelece modelo de Termo de Responsabilidade para solicitante de refúgio.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-03-do-conare-revogada-pela-resolucao-normativa-n-18.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	04/1998	01/12/1998	Extensão da condição de refugiado a título de reunião familiar.	Revogada	Reunião familiar e permanência no Brasil.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-04-do-conare-revogada-pela-resolucao-normativa-n-16.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	05/1999	11/03/1999	Autorização para viagem de refugiado ao exterior.	Revogada	Autorização para viagem de refugiado ao exterior.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-05-do-conare-revogada-pela-resolucao-normativa-n-12.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	06/1999	26/05/1999	Dispõe sobre a concessão de protocolo ao solicitante de refúgio.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de protocolo ao solicitante de refúgio.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-06-do-conare-revogada-pela-resolucao-normativa-n-18.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (ANVISA)	172/1999	06/08/1999	Atualiza as áreas geográfica de "origem" de viajantes Internacionais aos quais deverão ser exigidos a apresentação de Certificado Internacional de Imunização contra Febre Amarela, para a concessão de vistos consulares no exterior, e também as áreas geográficas do território nacional.	Revogada	Exigência de vacina febre-amarela para visto.	
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	34/1999	08/10/1999	Dispõe sobre a autorização de trabalho e concessão de visto a estrangeiros sob contrato de prestação de serviço de assistência técnica, acordo de cooperação, convênio ou instrumentos similares, sem vínculo empregatício, com alteração introduzida pela Resolução Normativa nº 29, de 25 de novembro de 1998.	Revogada	Visto/trabalho para assistência técnica sem vínculo.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-34-1999_96135.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	33/1999	08/10/1999	Concessão de autorização de trabalho a estrangeiros na condição de artista ou desportista, sem vínculo empregatício.	Revogada	Autorização de trabalho a artista/desportista.	http://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=96746
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	32/1999	08/11/1999	Concessão de visto a tripulante de embarcações de pesca estrangeira arrendadas por empresas brasileiras.	Revogada	Visto a tripulante de pesca arrendada.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-32-1999_96138.html

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	35/1999	28/09/1999	Chamada de mão-de-obra a serviço do Governo brasileiro.	Revogada	Visto mão-de-obra governo	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11810-resolucao-normativa-n-35-de-28-de-setembro-de-1999
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	36/1999	28/09/1999	Concessão de visto temporário ou permanente a título de reunião familiar.	Revogada	Visto temporário ou permanente para reunião familiar.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=96742
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	37/1999	28/09/1999	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que pretenda vir ao País para treinamento profissional, posterior a conclusão de curso superior ou profissionalizante, sem vínculo empregatício no Brasil.	Revogada	Visto para treinamento profissional pós-graduação.	https://drh.usp.br/resolucao-normativa-no-37-de-28-de-setembro-de-1999/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	38/1999	28/09/1999	Dispõe sobre a vinda de estrangeiro para realização de reportagens e/ou filmagem de fundo jornalístico, noticioso e/ou comercial.	Revogada	Visto para reportagens/filmagem jornalística.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-38-1999_96130.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	39/1999	28/09/1999	Dispõe sobre a concessão de visto para ministros de confissão religiosa ou membro de instituição de vida consagrada ou confessional, e de congregação ou ordem religiosa que venha ao País para prestação de serviços de assistência religiosa ou na condição de estudante.	Em vigor	Visto para ministros de confissão religiosa.	https://www.legistrab.com.br/resolucao-normativa-039-de-1999-cnig-concessao-de-visto-para-ministros-de-confissao-religiosa-ou-membro-de-instituicao-de-vida-consagrada-ou-confessional/

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	40/1999	28/09/1999	Disciplina a concessão de visto a estrangeiros que venham estudar no Brasil no âmbito de programa de intercâmbio educacional.	Revogada	Visto para estudo via intercâmbio educacional.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-40-1999_96127.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	41/1999	28/09/1999	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que venha ao Brasil efetuar estágio cultural.	Revogada	Visto de estágio cultural.	http://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-41-1999_96125.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	42/1999	28/09/1999	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que venha ao País para estágio.	Revogada	Visto de estágio.	https://drh.usp.br/resolucao-normativa-no-42-de-28-de-setembro-de-1999/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	43/1999	28/09/1999	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que pretenda vir ao País ao abrigo de acordo de cooperação internacional.	Revogada	Visto em caso de acordo de cooperação.	https://drh.usp.br/resolucao-normativa-no-43-de-28-de-setembro-de-1999/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Administrativa (CNIg)	02/1999	28/09/1999	Dispõe sobre critérios para a concessão de visto temporário ou permanente, ou permanência definitiva, ao companheiro ou companheira.	Revogada	Visto para companheiro ou companheira.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13530-resolucao-administrativa-n-02-de-28-09-1999

3.3 Século XXI – Normativas pré-Lei de Migrações (2000-2017)

Do início dos anos 2000 até a promulgação da Lei 13.445/2017, o Brasil atravessou uma transição lenta, porém constante, do antigo Estatuto do Estrangeiro, herança da ditadura militar, para um regime migratório orientado por direitos humanos, integração regional e mobilidade laboral. No início da década, o Executivo passou a internalizar tratados internacionais de proteção: o Decreto 4.246/2002 incorporou a Convenção sobre Apatridia; em 2004, dois decretos sucessivos promulgaram os protocolos da ONU contra o tráfico de pessoas e contra o tráfico ilícito de migrantes. Paralelamente, os acordos de residência do Mercosul ganharam robustez. Firmado em 2002, o instrumento que garantia residência e direito ao trabalho para sul-americanos só se materializou plenamente em 2009, quando o Decreto 6.975/2009 internalizou suas regras e abriu a porta para a ampla regularização.

Consolida-se, nessa época, uma política de anistias migratórias que apostava na inclusão dos indocumentados. A Lei 11.961/2009 criou um canal simplificado para que estrangeiros em situação irregular requeressem residência. Enquanto isso, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) modernizava as rotinas de trabalho. Entre 2012 e 2013, um primeiro pacote de resoluções (nº 97 a 107) redefiniu critérios para autorização de residência em território nacional. O movimento foi acelerado em 2014 com a aprovação de dezessete resoluções normativas que padronizaram formulários eletrônicos, prazos e categorias de visto, abolindo de vez o processo somente em papel. A Portaria 1.964/2013, ao instituir a assinatura digital, e a Portaria 708/2015, ao lançar o sistema “MigranteWeb”, mostravam que a gestão migratória estava se adaptando à modernização tecnológica.

Em 2013, é criado o Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), com a missão de produzir, sistematizar e disseminar dados oficiais sobre as migrações no Brasil. A partir da criação do OBMigra, o Estado brasileiro passa a dispor de informações de alta qualidade, fundamentais para subsidiar não apenas a formulação, implementação e avaliação das políticas migratórias nacionais, mas também para atender às demandas de pesquisadores, entes federados, meios de comunicação e organismos internacionais interessados na temática migratória. Com isso, o país fortalece sua capacidade de promover a transparência ativa e garantir a produção contínua de dados confiáveis, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento de políticas migratórias inclusivas, fundamentadas em evidências empíricas e alinhadas aos princípios dos direitos humanos.

Ao mesmo tempo, ampliava-se a rede normativa de proteção internacional. A Lei 9.474/1997 já oferecia a estrutura legal para o refúgio, mas somente a partir de 2014, com a Resolução Normativa 18 do CONARE, o processo ganhou procedimentos detalhados, depois ajustados pelas RNs 26/2018, 28/2018, 29/2019 e 33/2020, todas migrando para o sistema eletrônico SISCONARE. Em 2016, o Congresso aprovou a Lei 13.344, que tratou da prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e garantiu residência às vítimas, sinalizando o abandono definitivo de uma ótica exclusivamente securitária.

Sob o impulso da nova Constituição de 1988 e após ampla consulta pública em 2016, o Legislativo aprovou, em maio de 2017, a Lei 13.445, conhecida como Lei de Migração. O texto revogou integralmente o Estatuto do Estrangeiro de 1980, transformou antigos vistos permanentes em “autorizações de residência” simplificando e democratizando o acesso aos documentos de residência no Brasil. No mesmo ano, o Decreto 9.199/2017 regulamentou a lei e o CNIg republicou todas as suas resoluções (01-23/2017) para adequá-las à nova terminologia. Assim, ao fim de 2017, o país consolidava um arco-bouço legal que privilegiava inclusão, regularização, integração regional e proteção de grupos vulneráveis - base sobre a qual se assentariam as políticas migratórias da década seguinte.

QUADRO 3. Século XXI – Normativas pré-Lei de Migrações (2000-2017)

Ato	Tipo	Número/ Ano	Data	Ementa	Situação	Aspectos relacionados às migrações	Links
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	44/2000	14/03/2000	Concessão de visto a estrangeiros que venham ao País para prestar serviços junto a entidades religiosas ou de assistência social.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto nas categorias que menciona.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-44-2000_96525.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	45/2000	14/03/2000	Disciplina a concessão de visto permanente para estrangeiros com base em aposentadoria.	Revogada	Dispõe sobre visto permanente a estrangeiros aposentados.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/2017
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	3.447/2000	05/05/2000	Delega competência ao Ministro de Estado da Justiça para resolver sobre a expulsão de estrangeiro do País e sua revogação, na forma do art. 66 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, republicada por determinação do art. 11 da Lei nº 6.964, de 9 de dezembro de 1981.	Revogada	Delega ao Ministro da Justiça a competência para decidir sobre expulsão de estrangeiro.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3447.htm

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	3.453/2000	05/09/2000	<p>Delega competência ao Ministro de Estado da Justiça para declarar a perda e a reaquisição da nacionalidade brasileira, na forma dos arts. 12, § 4º, inciso II, da Constituição, e 22, incisos I e II, e 36 da Lei nº 818, de 18 de setembro de 1949.</p>	Revogada	<p>Dispõe sobre a competência do Ministro da Justiça para declarar a perda e a reaquisição da nacionalidade brasileira.</p>	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3453-9-maio-2000-368854-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	47/2000	16/05/2000	<p>Concessão de visto a estrangeiros que venham ao País para prestar serviços junto a entidades religiosas ou de assistência social.</p>	Revogada	<p>Dispõe sobre a concessão de visto para atividades religiosas.</p>	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-47-2000_96516.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	46/2000	16/05/2000	<p>Dispõe sobre a concessão de visto a tripulante de embarcações de pesca estrangeiras.</p>	Revogada	<p>Dispõe sobre a concessão de visto para tripulantes.</p>	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=97128
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	48/2000	26/05/2000	<p>Disciplina a concessão de visto para tripulantes e outros profissionais que exerçam atividade remunerada a bordo de navio de cruzeiro aquaviário na costa brasileira, na bacia amazônica ou demais águas interiores.</p>	Revogada	<p>Dispõe sobre a concessão de visto para tripulantes.</p>	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-48-2000_96515.html

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	3.572/2000	22/08/2000	Altera dispositivos do Decreto nº 2.771, de 8 de setembro de 1998, que regulamenta a Lei nº 9.675, de 29 de junho de 1998, que dispõe sobre o registro provisório para o estrangeiro em situação ilegal no território nacional.	Em vigor	Determina a competência da Polícia Federal para decidir sobre requerimento de prorrogação de registro provisório e determina a competência do Departamento de Estrangeiros decidir sobre a transformação desses vistos em permanentes. 209	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3572-22-agosto-2000-358938-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	3.574/2000	23/08/2000	Dá nova redação ao art. 2º do Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho Nacional de Imigração, e delega competência ao Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, para a prática do ato que menciona.	Revogada	Dispõe sobre composição do Conselho Nacional de Imigração .	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2000/decreto-3574-23-agosto-2000-373437-publicacaooriginal-1-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	2/2000	12/05/2000	Recomenda que seja concedido, em caráter excepcional, visto temporário previsto no art.13, inciso I, da Lei n. 6815, de 19 de agosto de 1980, ao estrangeiro que venha ao Brasil para tratamento de saúde.	Revogada	Dispõe sobre concessão de visto temporário ao estrangeiro para tratamento de saúde.	https://www.legistrab.com.br/resolucao-recomendada-02-de-2000-cnig-visto-temporario-de-carater-excepcional-a-estrangeiro-que-venha-ao-brasil-para-tratamento-de-saude/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	49/2000	19/12/2000	Disciplina a concessão de visto a estrangeiros que venham estudar no Brasil no âmbito de programa de intercâmbio educacional.	Revogada	Dispõe sobre concessão de visto temporário para estudantes.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=97123

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	3.768/2001	08/03/2001	Delega competência ao Ministro de Estado da Justiça para designar os membros do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE.	Em vigor	Dispõe sobre composição do Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3768.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Administrativa (CNIg)	03/2001	20/08/2001	Delegação de competência à Coordenação- Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego.	Revogada	Dispõe sobre delegação de competência à Coordenação- Geral de Imigração do Ministério do Trabalho e Emprego.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13532-resolucao-administrativa-n-03-de-20-08-2001
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	50/2001	10/03/2001	Suspende a aplicação da Resolução Normativa nº 48, de 26 de maio de 2000.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para tripulantes.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-50-2001_97064.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	51/2002	03/01/2002	Disciplina a concessão de visto a marítimos estrangeiros empregados a bordo de embarcações de turismo estrangeiras que operem em águas jurisdicionais brasileiras.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para marítimos.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-51-2002_98023.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	52/2002	19/04/2002	Disciplina a concessão de autorização de trabalho a estrangeiro.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto nas categorias que menciona.	https://www.contabeis.com.br/legislacao/14132/resolucao-normativa-cni-52-2002/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	53/2002	19/07/2002	Dispõe sobre a autorização de trabalho e concessão de visto a estrangeiros para prestar serviço de assistência técnica, por prazo máximo de 90 (noventa) dias.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para prestadores de assistência técnica em empresas nacionais.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=98628

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	54/2002	19/07/2002	Altera dispositivos da Resolução Normativa nº 51 de 1º de março de 2002.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para marítimos.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-54-2002_98016.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	7/2002	08/06/2002	Dispõe sobre prazo para adoção de procedimentos e atendimento a convocações.	Revogada	Dispõe sobre o prazo para apresentação de documentos relativos à solicitação da condição de refugiado no Brasil.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=98850
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	8/2002	08/06/2002	Dispõe sobre a notificação de indeferimento do pedido de reconhecimento da condição de refugiado.	Revogada	Dispõe sobre a publicidade do indeferimento da solicitação de refúgio no Brasil. 207	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-08-do-conare.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	9/2002	08/06/2002	Estabelece o local para o preenchimento do questionário de solicitação de reconhecimento da condição de refugiado nas circunscrições onde não houver sede da Cáritas Arquidiocesana.	Revogada	Dispõe sobre o procedimento de solicitação da condição de refugiado no Brasil.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=98832
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	01/2003	27/03/2003	Dispõe sobre o pedido de reconsideração à decisão que negou prorrogação de prazo ao visto temporário.	Em vigor	Dispõe sobre procedimentos e prazos para recurso junto ao DEEST/MJ.	https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	03/2003	30/07/2003	Disciplina a concessão de vistos permanentes ou temporários nos termos do Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa sobre Contratação Recíproca de Nacionais, de 11 de julho de 2003.	Em vigor	Recomenda ao Ministério do Trabalho e Emprego a adoção de procedimentos para implementação de acordo internacional.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13491-resolucao-recomendada-03-2000
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	55/2003	27/08/2003	Dispõe sobre autorização de trabalho e concessão de visto a estrangeiros sob contrato de transferência de tecnologia e/ou de	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto nas categorias que menciona. 206 prestação de serviço de assistência técnica, de acordo de cooperação ou convênio, sem vínculo empregatício ou em caso de emergência.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=99870
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	56/2003	27/08/2003	Concessão de visto a estrangeiro Administrador, Gerente, Diretor, Executivo, com poderes de gestão, de Sociedade Civil ou Comercial, Grupo ou Conglomerado Econômico.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto nas categorias que menciona.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-56-2003_99257.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	57/2003	27/08/2003	Revoga a Resolução Normativa nº 23, de 25 de novembro de 1998.	Revogada	Revoga Resolução Normativa anterior nos termos em que menciona.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-57-2003_99253.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	10/2003	10/09/2003	Dispõe sobre a situação dos refugiados detentores de permanência definitiva.	Revogada	Dispõe sobre permanência definitiva de refugiado no Brasil.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-10-do-conare.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	04/2003	22/10/2003	Trata da participação da República Federativa do Brasil como membro da Organização Internacional sobre Migração a OIM.	Em vigor	Recomenda aos Ministérios da Justiça, das Relações Exteriores, do Trabalho e Emprego e da Educação a adesão do Brasil à OIM.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13492-resolucao-recomendada-04-2003
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	58/2003	12/03/2003	Disciplina a chamada de tripulante de embarcação estrangeira e de técnicos sob contrato de prestação de serviços e de risco.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto nas categorias que menciona.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-58-2003_99248.html#google_vignette
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	05/2003	12/03/2003	Trata da colaboração interministerial para adoção de ações que visem à legalização de estrangeiros submetidos ao trabalho escravo no Brasil e dá outras providências.	Em vigor	Recomenda, ao Ministério da Justiça, a apresentação ao Congresso Nacional de proposta de alteração do artigo 225 do Código de Processo Penal, do artigo 38 da Lei nº 6.815/80 e que o Ministério da Justiça e o Ministério das Relações Exteriores promovam a implementação de acordo internacional. 205	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13493-resolucao-recomendada-05-2003
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	388/2004	20/04/2004	Delega competência sobre pedidos de alteração de prenome posteriores à aquisição do certificado de naturalização de estrangeiro.	Em vigor	Dispõe sobre a competência do Departamento de Estrangeiros para autorizar a mudança de prenome posteriormente à naturalização de estrangeiro.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/755

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MTE)	01/2004	08/09/2004	Delegar competência ao Coordenador Geral de Imigração para, na forma definida pelo Regimento Interno do Conselho Nacional de Imigração, promover a distribuição de processos, bem como incluí-los na pauta das respectivas reuniões.	Em vigor	Dispõe sobre delegação de competência ao Coordenador- Geral de Imigração.	
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	59/2004	10/05/2004	Concessão de visto a tripulante de embarcação de pesca estrangeira arrendada por empresa brasileira.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto nas categorias que menciona.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=101139
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	60/2004	10/06/2004	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto nas categorias que menciona. 204	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=101136
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	61/2004	12/08/2004	Disciplina a concessão de autorização de trabalho e de visto a estrangeiro sob contrato de transferência de tecnologia e/ou de prestação de serviço de assistência técnica, de acordo de cooperação ou convênio, sem vínculo empregatício ou em situação de emergência.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto de trabalho.	https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros_atos/resolucoes/migracao/Resolucao_Normativa_CNIgMTE_n_61_de_08122004.html

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	62/2004	12/08/2004	Disciplina a concessão de autorização de trabalho e de visto permanente a estrangeiro, Administrador, Gerente, Diretor, Executivo, com poderes de gestão, de Sociedade Civil ou Comercial, Grupo ou Conglomerado econômico.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto nas categorias que menciona.	https://www.legisweb.com.br/
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	5.311/2004	15/12/2004	Altera os arts. 96 e 97 do Decreto nº 86.715, de 10 de dezembro de 1981, e o art. 30 do Decreto nº 1.983, de 14 de agosto de 1996, para estabelecer o prazo de validade do passaporte para estrangeiros e do "laissez-passer", conceder validade para múltiplas viagens ao "laissez-passer" e dispor sobre o recolhimento desses documentos.	Revogada	Dispõe sobre a validade do laissez-passer.	https://www2.camara.leg.br/login/fed/decret/2004/decreto-5311-15-dezembro-2004-53511-publicacaooriginal-22272-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	11/2005	29/04/2005	Dispõe sobre a publicação da notificação prevista no art. 29 da Lei nº 9.474 de 22 de julho de 1997.	Revogada	Dispõe sobre prazos para os procedimentos de solicitação de refúgio.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=102957
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	12/2005	29/04/2005	Dispõe sobre a autorização para viagem de refugiado ao exterior, a emissão de passaporte brasileiro para estrangeiro refugiado, quando necessário, bem como o processo de perda da condição de refugiado em razão de sua saída de forma desautorizada.	Revogada	Dispõe sobre autorização de viagem para refugiado deixar temporariamente o território brasileiro.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-12-do-conare-revogada-pela-resolucao-normativa-n-18.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (SNJ)	02/2005	18/05/2005	Institui prazo para interposição de recursos das decisões de indeferimento nos pedidos de Prorrogação de prazo de vistos temporários.	Revogada	Dispõe sobre procedimentos relativos ao pedido de visto temporário.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/881
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	06/2005	06/07/2005	Trata da colaboração interministerial para a conclusão e implementação do Acordo de Regularização Migratória entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia.	Em vigor	Recomenda ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores a implementação de acordo internacional.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13494-resolucao-recomendada-06-2005
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	63/2005	07/06/2005	Disciplina a autorização de trabalho e a concessão de visto permanente a estrangeiro para representar, no Brasil, instituição financeira ou assemelhada sediada no exterior.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para representantes de instituições financeiras.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11813-resolucao-normativa-n-63-de-06-de-julho-de-2005
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	07/2005	13/09/2005	Trata do encaminhamento da manifestação, das observações e propostas de alteração em relação ao anteprojeto de lei que dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros em território nacional, a concessão da naturalização, cria o Conselho Nacional de Migração, define crime e dá outras providências.	Em vigor	Encaminha, ao Ministério da Justiça, manifestação sobre o anteprojeto de lei sobre migrações (mais tarde numerado como PL 5.655/2009).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13495-resolucao-recomendada-07-2005

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	64/2005	13/09/2005	Dispõe sobre os critérios para autorização de trabalho a estrangeiros a serem admitidos no Brasil sob visto temporário, previsto no art. 13, inciso V, da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, com vínculo empregatício.	Revogada	Dispõe sobre autorização de trabalho para estrangeiro no Brasil.	https://www.guiatrabalhista.com.br/legislacao/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	65/2005	10/04/2005	Disciplina a concessão de visto a cientista, professor, pesquisador ou profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar de conferências, seminários, congressos ou reuniões na área de pesquisa e desenvolvimento ou para cooperação científico-tecnológica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para professores, cientistas, pesquisadores para participar de atividades acadêmicas no Brasil.	https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros_atos/resolucoes/migracao/Resolucao_Normativa_CNIg_MTE_n_65_de_04102005.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	66/2005	11/08/2005	Disciplina a concessão de visto a marítimo estrangeiro empregado a bordo de embarcação de turismo estrangeira que opere em águas jurisdicionais brasileiras.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para tripulantes.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-66-2005_102057.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	67/2005	12/07/2005	Acrescenta dispositivos à Resolução Normativa nº 66, de 08 de novembro de 2005.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para tripulantes.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-67-2005_102050.html#google_vignette

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	68/2005	12/09/2005	Concessão de visto a estrangeiro que venha ao Brasil prestar serviço voluntário junto à entidade religiosa, de assistência social ou organização não governamental sem fins lucrativos.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para prestar serviços voluntários à entidades religiosas.	https://www.legistrab.com.br/resolucao-normativa-068-de-2005-cnig-concessao-de-visto-para-estrangeiro-para-prestar-servico-voluntario-junto-a-entidade-religiosa-de-assistencia-social-ou-organizacao-nao-governamental-sem-fins/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	69/2006	03/07/2006	Concessão de autorização de trabalho a estrangeiros na condição de artista ou desportista, sem vínculo empregatício.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para artistas.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11814-resolucao-normativa-n-69-de-07-de-marco-de-2006
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MTE)	21/2006	03/09/2006	Dispõe sobre a contratação, por empresa estrangeira, de brasileiro para trabalhar no exterior.	Revogada	Dispõe sobre os procedimentos para empresas estrangeiras contratarem brasileiros para trabalho no exterior.	
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	71/2006	09/05/2006	Disciplina a concessão de visto a marítimo estrangeiro empregado a bordo de embarcação de turismo estrangeira que opere em águas jurisdicionais brasileiras.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para tripulantes.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=104458
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	72/2006	10/10/2006	Disciplina a chamada de profissionais estrangeiros para trabalho a bordo de embarcação ou plataforma estrangeira.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para tripulantes.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11816-resolucao-normativa-n-72-de-10-de-outubro-de-2006

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	5.978/2006	12/04/2006	Dá nova redação ao Regulamento de Documentos de Viagem a que se refere o Anexo ao Decreto nº 1.983, de 14 de agosto de 1996, que instituiu o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.	Em vigor	Dispõe sobre os documentos de viagem, incluindo os tipos de passaporte concedidos pelo Brasil.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2006/decreto-5978-4-dezembro-2006-547404-publicacaooriginal-62136-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	08/2006	19/12/2006	Dispõe sobre pedidos de refúgio apresentados ao Comitê Nacional para os Refugiados - CONARE, que a critério deste, possam ser analisados pelo Conselho Nacional de Imigração - CNIg como situações especiais.	Revogada	Recomenda que o CONARE envie ao CNIg pedidos de refúgio que não satisfaçam as condições da Lei nº 9.474/97 e que sejam passíveis de apreciação pelo Conselho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13496-resolucao-recomendada-08-2006
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (SNJ)	001 /2007	23/01/2007	Estabelece e institui documentos necessários à instrução de processos administrativos de naturalização.	Revogada	Dispõe sobre procedimentos relativos ao pedido de naturalização.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=199318
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (SNJ)	002/2007	23/01/2007	Subdelega competência ao Chefe da Divisão de Nacionalidade e Naturalização para determinar o arquivamento, analisar e decidir os pedidos de reconsideração nos processos administrativos de naturalização.	Revogada	Dispõe sobre competência relativa ao processamento do pedido de naturalização.	

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (SNJ)	003/2007	24/01/2007	Estabelece novos modelos de Certificados de Igualdade de Direitos Civis, de Gozo de Direitos Políticos, bem assim a respectiva 2ª via, para portugueses beneficiados com o Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa.	Revogada	Dispõe sobre procedimentos do pedido de reconhecimento de igualdade de direitos entre brasileiros e portugueses.	
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	73/2007	02/09/2007	Altera dispositivos da Resolução Normativa nº 61, de 08 de dezembro de 2004.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto de trabalho.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=106897
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	74/2007	02/09/2007	Disciplina os procedimentos para a autorização de trabalho a estrangeiros, bem como dá outras providências.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto de trabalho.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=106891
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	6.061/2007	15/03/2007	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Justiça, e dá outras providências.	Revogada	Dispõe sobre a estrutura do Departamento de Estrangeiros do Ministério da Justiça.	https://www2.camara.leg.br/login/fed/decreto-6061-15-marco-2007-552133-normaactualizada-pe.html

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	13/2007	23/03/2007	Dispõe sobre o encaminhamento, a critério do Comitê Nacional para Refugiados CONARE, ao Conselho Nacional de Imigração, de casos passíveis de apreciação como situações especiais, nos termos da Resolução Recomendada CNIg nº 08, de 19 de dezembro de 2006.	Revogada	Dispõe sobre a possibilidade de apreciação, pelo Conselho Nacional de Imigração, dos pedidos de refúgio que não atendam aos requisitos de elegibilidade junto ao CONARE.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-13-do-conare-revogada-pela-resolucao-normativa-n-18.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MTE)	45/2007	29/03/2007	Delega competência ao titular da Coordenação Geral de Imigração - CGIg.	Em vigor	Delega competência ao Coordenador-geral de Imigração em matéria de trabalho de estrangeiro.	
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	75/2007	05/03/2007	Acrescenta dispositivo na Resolução Normativa nº 74, de 09 de fevereiro de 2007.	Em vigor	Dispõe sobre autorização de trabalho para estrangeiro no Brasil.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=106886
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	76/2007	05/03/2007	Disciplina a concessão de autorização de trabalho a estrangeiro na condição de atleta profissional, definido em lei.	Em vigor	Dispõe sobre autorização de visto de trabalho para atleta.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=106881
Adm. Normativo (Executivo)	Emenda Constitucional	54/2007	20/09/2007	Dá nova redação à alínea c do inciso I do art. 12 da Constituição Federal e acrescenta art. 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, assegurando o registro nos consulados de brasileiros nascidos no estrangeiro.	Em vigor	Possibilita a aquisição de nacionalidade por meio do jus sanguinis de forma mais ampla.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon/2007/emendaconstitucional-54-20-setembro-2007-559896-publicacaooriginal-82340-pl.html

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	77/2008	29/01/2008	Dispõe sobre critérios para a concessão de visto temporário ou permanente, ou de autorização de permanência, ao companheiro ou companheira, em união estável, sem distinção de sexo.	Revogada	Dispõe sobre concessão de visto ao estrangeiro no Brasil nas situações de união estável.	https://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao77_2008.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	78/2008	04/03/2008	Dispõe sobre a vinda de estrangeiro para realização de reportagens e/ou filmagem, gravação ou captação de imagens em movimento, com ou sem som, de fundo jornalístico, noticioso e/ou comercial.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para conteúdo jornalístico.	https://www.legistrab.com.br/resolucao-normativa-078-de-2008-cnig-dispoe-sobre-a-vinda-de-estrangeiro-para-realizacao-de-reportagens-eou-filmagemgravacao-ou-captacao-de-imagens-em-movimento-com-ou-sem-somde-fundo-journalist/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	09/2008	06/03/2008	Trata do encaminhamento de manifestação do Conselho Nacional de Imigração em relação ao Anteprojeto de Lei que "dispõe sobre o ingresso, permanência e saída de estrangeiros em território nacional, a concessão da naturalização, cria o Conselho Nacional de Migração, define infrações e dá outras providências".	Em vigor	Encaminha, ao Ministério da Justiça, manifestação sobre o anteprojeto de lei sobre migrações (mais tarde numerado como PL 5.655/2009).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13497-resolucao-recomendada-09-2008

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	1.194/2008	26/06/2008	Autoriza o Departamento de Polícia Federal a prorrogar os registros provisórios dos nacionais bolivianos beneficiados pelo Acordo, por Troca de Notas, sobre Regularização Migratória, celebrado entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia.	Em vigor	Dispõe sobre a aplicação de acordo internacional.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1194-2008_210396.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	79/2008	08/12/2008	Dispõe sobre critérios para a concessão de autorização de trabalho e visto temporário a estrangeiro, vinculado a Grupo Econômico cuja matriz situe-se no Brasil, com vistas à capacitação e à assimilação da cultura empresarial e em metodologia de gestão da empresa chamante.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para capacitação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11817-resolucao-normativa-n-79-de-12-de-agosto-de-2008
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	80/2008	16/10/2008	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil.	Revogada	Dispõe sobre autorização de trabalho para estrangeiros no Brasil.	https://mpt.mp.br/pgt/legislacoes/resolucao-normativa-conselho-nacional-da-imigracao-80-2008/@@download/arquivo_pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	81/2008	16/10/2008	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a tripulante de embarcação de pesca estrangeira arrendada por empresa brasileira.	Revogada	Dispõe sobre autorização de visto de trabalho para tripulantes.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=109164

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	82/2008	12/03/2008	Disciplina a concessão de visto a cientista, professor, pesquisador ou profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar de conferências, seminários, congressos ou reuniões na área de pesquisa e desenvolvimento ou para cooperação científico- tecnológica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação e revoga a Resolução Normativa nº 65/2005.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para cientistas.	https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros_atos/resolucoes/migracao/Resolucao_Normativa_CNIgMTE_n_82_de_03122008.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	83/2008	12/03/2008	Disciplina a concessão de visto a profissional estrangeiro empregado a bordo de embarcação de turismo estrangeira que venha ao Brasil em viagem de longo curso.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para tripulantes.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1593
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	10/2008	12/03/2008	Trata da colaboração interministerial para a Adesão pelo Governo Brasileiro à Convenção Internacional para a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de Suas Famílias.	Em vigor	Recomenda ao Ministério das Relações Exteriores que promova a adesão do Brasil a acordo internacional.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13498-resolucao-recomendada-10-2008
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (SNJ)	3/2009	02/05/2009	Disciplina os prazos referentes a pedidos de reconsideração e de recurso no âmbito do Departamento de Estrangeiros.	Em vigor	Dispõe sobre procedimentos relativos a recursos ao DEEST.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/882

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	84/2009	02/10/2009	Disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para investidores.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1975
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	11/2009	02/10/2009	Trata da colaboração interministerial para a entrada em vigor, no plano bilateral, com a República da Bolívia e com a República do Chile, do Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile.	Em vigor	Recomenda ao Ministério da Justiça e ao Ministério das Relações Exteriores a implementação de acordo internacional.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13499-resolucao-recomendada-11-2009
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	6.771/2009	16/02/2009	Promulga o Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.	Em vigor	Taxas e emolumentos para autorização de residência.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Leis%20e%20decretos%20-%20legisla%C3%A7%C3%A3o/DECRETO_N%C2%BA_6.771_DE_16_DE_FEVEREIRO_DE_2009.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MTE)	802/2009	14/05/2009	Estabelece o Cadastro Eletrônico de Entidades Requerentes de Autorização para Trabalho de Estrangeiros, procedimento simplificado para apresentação de documentos pelas entidades com grande demanda anual de pedidos.	Em vigor	Estabelece cadastro eletrônico de entidades requerentes de autorização para trabalho de estrangeiros e institui procedimentos.	

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	018/2009	07/01/2009	Dispõe sobre a emissão eletrônica de Certidões Negativas e Positivas de Naturalização pela página eletrônica Institucional do Ministério da Justiça.	Em vigor	Dispõe sobre procedimentos relativos à naturalização de estrangeiros.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/868
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	6.893/2009	07/02/2009	Regulamenta a Lei nº 11.961, de 2 de julho de 2009, que dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional, e dá outras providências.	Revogada	Dispõe sobre anistia migratória.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decreto-6893-2-julho-2009-589170-publicacaooriginal-114065-pe.html
Adm. Normativo (Executivo)	Lei	11.961/2009	07/02/2009	Dispõe sobre a residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional e dá outras providências.	Revogada	Dispõe sobre anistia migratória.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-11961-2-julho-2009-589166-publicacaooriginal-114059-pl.html
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (SNJ)	22/2009	07/07/2009	Disciplina o procedimento para análise dos casos omissos ou especiais para concessão de residência no País conforme dispõe a Lei nº 11.961, regulamentada por meio do Decreto nº 6.893, ambos de 2 de julho de 2009.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de residência a estrangeiros no Brasil.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/921

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	2.231/2009	07/09/2009	Estabelece as atribuições da Secretaria Nacional de Justiça e do Departamento de Polícia Federal no procedimento de concessão de residência provisória para o estrangeiro em situação irregular no território nacional a que alude o Decreto nº 6.893, de 2 de julho de 2009.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de residência a estrangeiros no Brasil.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/953?mode=full
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	6.975/2009	07/10/2009	Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.	Em vigor	Promulga o Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul – Mercosul, Bolívia e Chile, assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Leis%20e%20decretos%20-%20legisla%C3%A7%C3%A3o/DECRETO_N%C2%BA_6.975_DE_7_DE_OUTUBRO_DE_2009.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	2.525/2009	17/12/2009	Dispõe sobre a utilização de canal de entrada e saída reservado a brasileiros por estrangeiros residentes.	Em vigor	Dispõe sobre procedimentos de fronteira.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=212461
Adm. Normativo (Executivo)	Lei	12.134/2009	18/12/2009	Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, para instituir a reciprocidade na concessão de prazos de permanência de estrangeiros no Brasil e dá outras providências.	Em vigor	Dispõe sobre a reciprocidade na concessão de permanência a estrangeiros.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2009/lei-12134-18-dezembro-2009-598797-publicacaooriginal-121234-pl.html

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	85/2010	14/04/2010	Altera dispositivo da Resolução Normativa Nº 36, de 28 de setembro de 1999.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para reunião familiar.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=113447
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	86/2010	05/12/2010	Disciplina a concessão de visto destinado à prática intensiva de treinamento na área desportiva por atletas estrangeiros maiores de quatorze anos e com menos de vinte e um anos.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para atletas.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=113445
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendada (CNIg)	12/2010	18/08/2010	Dispõe sobre a cooperação interministerial para a emissão de documento aos estrangeiros com vistas a assegurar o regular exercício de direitos e obrigações no Brasil.	Em vigor	Recomenda procedimentos ao Ministério da Justiça sobre emissão de documentos para estrangeiros.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13500-resolucao-recomendada-12-2010
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	87/2010	15/09/2010	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro, vinculado a empresa estrangeira, para treinamento profissional junto à filial, subsidiária ou matriz brasileira de mesmo grupo econômico.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para treinamento profissional.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11819-resolucao-normativa-n-87-de-15-de-setembro-de-2010
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	88/2010	15/09/2010	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro que venha ao Brasil para estágio.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para estágio.	https://acesso.mte.gov.br/data/files/

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	89/2010	12/11/2010	Prorroga dispositivo da Resolução Normativa nº 80, de 16 de outubro de 2008.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de autorização de trabalho para estrangeiro no Brasil.	http://www.veritae.com.br/lex-5110BF3C-
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	90/2010	11/10/2010	Insere dispositivo na Resolução Normativa nº 81, de 16 de outubro de 2008.	Em vigor	Dispõe sobre aquisição de mão-de-obra estrangeira para o Brasil. 191	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=113431
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	91/2010	11/10/2010	Altera dispositivo na Resolução Normativa nº 06, de 21 de agosto de 1997.	Em vigor	Dispõe sobre procedimentos relativos ao visto relacionado à condição de refugiado.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-91-2010_112817.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	92/2010	14/12/2010	Altera dispositivo na Resolução Normativa nº 82, de 03 de dezembro de 2008.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para cooperação científica-tecnológica.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=113422
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	93/2010	21/12/2010	Disciplina a concessão de visto permanente ou permanência no Brasil a estrangeiro considerado vítima do tráfico de pessoas.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto à vítimas de tráfico de pessoas.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=113417
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	94/2011	16/03/2011	Disciplina a concessão de visto a estrangeiro, estudante ou recém-formado, que venha ao Brasil no âmbito de programa de intercâmbio profissional.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para estudantes	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=115330

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (SNJ)	13/2011	06/09/2011	Disciplina o procedimento para transformação da residência provisória concedida com base na Portaria SNJ nº 22, de 7 de Julho de 2009, em permanente.	Em vigor	Dispõe sobre visto permanente.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/897
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	1.700/2011	28/07/2011	Dispõe sobre o procedimento para transformação da residência provisória em permanente de que trata a Lei nº 11.961, regulamentada pelo Decreto nº 6.893, ambos de 02 de julho de 2009.	Revogada	Dispõe sobre o visto permanente para estrangeiro.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1700-2011_234747.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	95/2011	10/08/2011	Altera dispositivos das Resoluções Normativas nº 45, de 14 de março de 2000, e nº 62, de 8 de dezembro de 2004.	Em vigor	Dispõe sobre categorias para concessão de visto permanente ao estrangeiro aposentado.	https://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucaocni95_2011.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendatória (CONARE)	01/2011	30/09/2011	Dispõe sobre os procedimentos para os casos urgentes de reassentamento de refugiados.	Em vigor	Dispõe sobre o reassentamento de refugiados no Brasil.	https://www.acnur.org/fileadmin/Documents/portugues/Publicacoes/2015/Lei_9474-97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_dos_Refugiados2015.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	96/2011	23/11/2011	Acrescenta dispositivo à Resolução Normativa nº 80, de 16 de outubro de 2008.	Em vigor	Dispõe sobre prorrogação do prazo de estada ao estrangeiro detentor de visto temporário.	https://www.normaslegais.com.br/legislacao/resolucao-normativa-cnig-96-2011.htm

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	14/2011	27/12/2011	Dispõe sobre o Programa de Reassentamento Brasileiro.	Revogada	Dispõe sobre o Programa de Reassentamento Brasileiro.	https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Lei_9474-97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_dos_Refugiados2015.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	97/2012	01/12/2012	Dispõe sobre a concessão do visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a nacionais do Haiti.	Revogada	Estabelece visto permanente por razões humanitárias para os nacionais haitianos afetados pelo terremoto de 12 janeiro de 2010 naquele país.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=116083
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	15/2012	27/07/2012	Altera a Resolução Normativa nº 6, de 26 de maio de 1999, que dispõe sobre a concessão de protocolo ao solicitante de refúgio.	Revogada	Dispõe sobre a validade do protocolo de solicitação da condição de refugiado no Brasil.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1637
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	2.650/2012	25/10/2012	Dispõe sobre o registro permanente de nacionais angolanos e liberianos no Brasil, beneficiários da condição de refugiados.	Revogada	Refugiados angolanos e liberianos.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/legislacao/anexos/copy_of_PRT_GM_2012_2650.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Recomendatória (CONARE)	02/2012	31/10/2012	Dispõe sobre a concessão de função consultiva no Comitê Nacional para os Refugiados para a Defensoria Pública da União (DPU).	Em vigor	Dispõe sobre a participação da Defensoria Pública da União no CONARE.	https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Lei_9474-97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_dos_Refugiados2015.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	98/2012	14/11/2012	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro no Brasil, que venha trabalhar, exclusivamente, na preparação, organização, planejamento e execução da Copa das Confederações FIFA 2013, da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para trabalhar na Copa do Mundo.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=247107
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	99/2012	12/12/2012	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro com vínculo empregatício no Brasil.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de autorização de trabalho para estrangeiro no Brasil.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/12226-resolucao-normativa-n-99-de-14-de-novembro-de-2012
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Administrativa (CNIg)	08/2013	03/12/2013	Fica criada a Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro de Imigração Laboral Qualificada.	Revogada	Instala e prevê competências à Comissão Especial para Estudo do Sistema Brasileiro de Imigração Laboral Qualificada. 188	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/13537-resolucao-administrativa-n-08-de-12-03-2013
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	100/2013	23/04/2013	Disciplina a concessão do visto temporário previsto no inciso V do art. 13 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, a estrangeiro que pretenda vir ao Brasil para transferência de tecnologia ou para prestar serviço de assistência técnica por prazo determinado de até 90 (noventa) dias, sem vínculo empregatício.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para prestador de serviço.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11234-resolucao-normativa-n-100-de-23-de-abril-de-2013

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	101/2013	23/04/2013	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para cientistas.	https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/legislacao/outros_atos/resolucoes/migracao/Resolucao_Normativa_CNIgMTE_n_101_de_23042013.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	102/2013	26/04/2013	Altera o art. 2º da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.	Em vigor	Disciplina a competência para expedição do visto por razões humanitária.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11236-resolucao-normativa-n-102-de-23-de-abril-de-2013
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	103/2013	16/05/2013	Disciplina a concessão de autorização de trabalho para obtenção de visto temporário a estrangeiro para trabalho no Brasil nas férias	Em vigor	Dispõe sobre categorias para concessão de autorização de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/12225-resolucao-normativa-n-103-de-16-de-maio-de-2013
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	104/2013	16/05/2013	Disciplina os procedimentos para a autorização de trabalho a estrangeiros, bem como dá outras providências.	Em vigor	Dispõe sobre procedimentos para concessão de autorização de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11238-resolucao-normativa-n-104-de-16-de-maio-de-2013
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	105/2013	17/09/2013	Altera a Resolução Normativa nº 71, de 05 de setembro de 2006.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto a marítimo.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=258682
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	16/2013	20/09/2013	Estabelece procedimentos e Termo de Solicitação para pedidos de reunião familiar.	Revogada	Dispõe sobre procedimentos para solicitação de reunião familiar.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=258707

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	17/2013	20/09/2013	Dispõe sobre a concessão de visto apropriado, em conformidade com a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, e do Decreto 86.715, de 10 de dezembro de 1981, a indivíduos forçosamente deslocados por conta do conflito armado na República Árabe Síria.	Revogada	Dispõe sobre procedimentos para solicitação da condição de refugiados no Brasil (situação específica Síria).	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=258708
Adm. Normativo (Executivo)	Lei	12.871/2013	22/10/2013	institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e nº 6.932, de 7 de julho de 1981, e dá outras providências.	Em vigor	Institui o Programa Mais Médicos.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12871.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	106/2013	24/10/2013	Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.	Em vigor	Prorroga visto para os nacionais haitianos afetados pelo terremoto de 12 janeiro de 2010 naquele país.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=261070
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Administrativa (CNIg)	09/2013	24/10/2013	Disciplina os procedimentos administrativos para o processamento de pedidos efetuados junto ao Conselho Nacional de Imigração.	Revogada	Dispõe sobre procedimentos de pedidos junto ao CNIg.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=261095
Adm. Normativo (Executivo)	Lei	12.878/2013	11/04/2013	Altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980 (Estatuto do Estrangeiro), para estabelecer nova disciplina à prisão cautelar para fins de extradição.	Em vigor	Dispõe sobre a instrução do pedido de extradição e da prisão cautelar para fins de extradição.	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2013/lei-12878-4-novembro-2013-777368-publicacaooriginal-141696-pl.html

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MTE)	1.964/2013	12/11/2013	Estabelece no âmbito da Coordenação-Geral de Imigração sistema destinado ao recebimento eletrônico de documentos relacionados a pedidos de autorização de trabalho a estrangeiros com a utilização de assinatura digital baseada em certificado digital.	Em vigor	Dispõe sobre os procedimentos para o envio eletrônico de documentos relativos a pedidos de autorização de trabalho por estrangeiros no Brasil sistema	
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	107/2013	17/12/2013	Altera a Resolução Normativa nº 71, de 05 de setembro de 2006.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto a tripulantes.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11241-resolucao-normativa-n-107-de-17-de-dezembro-de-2013
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	108/2014	02/12/2014	Dispõe sobre a concessão de visto temporário ou permanente e permanência definitiva a título de reunião familiar.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto para reunião familiar.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/resolucao-normativa-108-2014_265729.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	109/2014	13/03/2014	Disciplina a concessão de visto temporário a estrangeiro que pretenda vir ao Brasil para a realização de estudos, investigações e levantamentos necessários à elaboração de proposta a ser apresentada por empresa estrangeira em procedimentos licitatórios que tenham por objeto a concessão de trechos ferroviários.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto temporário sem vínculo empregatício.	https://dspace.mj.gov.br/handle/1/1476

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	110/2014	04/10/2014	Autoriza a concessão de permanência de caráter provisório, a título especial, com fins a estabelecimento de igualdade de condições para cumprimento de penas por estrangeiros no Território Nacional.	Revogada	Dispõe sobre a concessão de visto permanente, em caráter provisório, relacionado ao cumprimento de pena de estrangeiro no Brasil.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=269310
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	18/2014	30/04/2014	Estabelece os procedimentos aplicáveis ao pedido e tramitação da solicitação refúgio e dá outras providências.	Em vigor	Dispõe sobre os prazos relativos ao procedimento de solicitação de refúgio, ao pedido de viagem de refugiado e sobre a identificação do solicitante de refúgio.	https://www.dpu.def.br/index.php?option=com
Adm. Normativo (Executivo)	Lei	12.968/2014	05/06/2014	Estabelece procedimento alternativo para a concessão de visto de turismo a estrangeiro e altera os arts. 9º, 10 e 56 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980.	Em vigor	Estabelece visto waiver para vistos de turismo por meio da reciprocidade e aquisição de visto de turismo por meio eletrônico. 184	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-12968-6-maio-2014-778663-publicacaooriginal-144045-pl.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	111/2014	06/03/2014	Altera a Resolução Normativa nº 88, de 15 de setembro de 2010.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de visto para estagiários.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=271137

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	1.351/2014	08/08/2014	Dispõe sobre a desburocratização do procedimento de permanência definitiva e de registro de estrangeiros com base nas modalidades de reunião familiar, prole, casamento e união estável, e de transformação em registro permanente previsto no Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul, e institui Grupo de Trabalho sobre processos de estrangeiros.	Revogada	Dispõe sobre procedimentos para a concessão de permanência definitiva a estrangeiro no Brasil.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1351-2014_273456.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	112/2014	08/12/2014	Altera a Resolução Normativa nº 98, de 14 de novembro de 2012.	Em vigor	Dispõe sobre a concessão de vistos temporários aos estrangeiros nas categorias que menciona.	https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=274191
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	1.371/2014	18/08/2014	Altera a Portaria nº 1.351, de 8 de agosto de 2014, do Ministério da Justiça, que dispõe sobre a desburocratização do procedimento de permanência definitiva e de registro de estrangeiros com base nas modalidades de reunião familiar, prole, casamento e união estável, e de transformação em registro permanente previsto no Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Partes do Mercado Comum do Sul, e institui Grupo de Trabalho sobre processos de estrangeiros.	Em vigor	Dispõe sobre procedimentos para a concessão de permanência definitiva a estrangeiro no Brasil.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1371-2014_273793.html

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJ)	1.507/2014	28/08/2014	Altera o anexo da Portaria no 1.351, de 8 de agosto de 2014, do Ministério da Justiça, que dispõe sobre a desburocratização do procedimento de permanência definitiva e de registro de estrangeiros com base nas modalidades de reunião familiar, prole, casamento e união estável, e de transformação	Em vigor	Dispõe sobre procedimentos para a concessão de permanência definitiva a estrangeiro no Brasil.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-1507-2014_274196.html
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	19/2014	11/06/2014	Dispõe sobre o Projeto de Migração Regional e Inserção Sócio Econômica de Refugiados.	Revogada	Projeto de Migração Regional e inserção socioeconômica.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-19-do-conare.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	113/2014	12/09/2014	Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.	Revogada	Prorrogação de prazo para autorização de residência por investimento.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11247-resolucao-normativa-n-113-de-09-de-dezembro-de-2014
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	114/2014	12/09/2014	Altera a Resolução Normativa nº 49, de 19 de dezembro de 2000.	Revogada	Atualiza requisitos de visto de estágio.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11248-resolucao-normativa-n-114-de-09-de-dezembro-de-2014
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	115/2014	12/09/2014	Altera a Resolução Normativa nº 88, de 15 de setembro de 2010.	Revogada	Ajusta regras de visto para artistas.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11249-resolucao-normativa-n-115-de-09-de-dezembro-de-2014

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	116/2015	04/08/2015	Disciplina a concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País para participar das atividades que especifica e a estudantes de qualquer nível de graduação ou pós-graduação.	Revogada	Disciplina concessão de visto a cientista, pesquisador, professor e estudantes.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11250-resolucao-normativa-n-116-de-08-de-abril-de-2015
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	117/2015	04/08/2015	Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012.	Revogada	Prorrogação de prazo para visto de investidor.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11251-resolucao-normativa-n-117-de-08-de-abril-de-2015
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MTE)	708/2015	28/05/2015	Dispõe sobre o Sistema de Gestão e Controle de Imigração (MigranteWeb).	Em vigor	Institui o Sistema de Gestão e Controle de Imigração – MigranteWeb.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA-N%C2%BA-708-DE-28-DE-MAIO-DE-2015.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	20/2015	21/09/2015	Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 17, de 20 de setembro de 2013, e dá outras providências.	Revogada	Prorrogação da RN 17/2013.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-20-do-conare.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	21/2015	21/09/2015	Amplia a validade da cédula de identidade de estrangeiro comprobatória da condição de refugiado de dois para cinco anos.	Revogada	Amplia validade da cédula de refugiado para 5 anos.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-21-do-conare.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	118/2015	21/10/2015	Disciplina a concessão de autorização para fins de obtenção de visto permanente para investidor estrangeiro - pessoa física.	Revogada	Autorização de trabalho/visto permanente para investidor pessoa física.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/component/k2/item/11252-resolucao-normativa-n-118-de-21-de-outubro-de-2015
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	22/2015	22/10/2015	Adota o Formulário de Solicitação de Refúgio e o Formulário de Interposição de Recurso e altera a redação da Resolução Normativa nº 18 do Conare.	Revogada	Processamento de pedidos de refúgio.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%A3o%20CONARE/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_22_DE_22_DE_OUTUBRO_DE_2015.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	23/2016	30/09/2016	Estabelece procedimentos de solicitação de passaporte e viagem ao exterior para pessoas refugiadas e solicitantes de refúgio.	Em vigor	Documentos de viagem para refugiados.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/rn-no-23-alterada-pela-28.pdf
Legislativo (Federal)	Lei	13.344/2016	10/06/2016	Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas; altera a Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).	Em vigor	Lei de prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/l13344.htm

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (SNJ)	286/2016	07/12/2016	Dispõe sobre o prazo para o registro de estrangeiros junto ao Departamento de Polícia Federal após o deferimento do respectivo pedido de regularização migratória, sobre os pedidos de repúblicação de despachos e dá nova redação ao art. 2º da Portaria SNJ nº 3, de 05 de fevereiro de 2009.	Em vigor	Dispõe sobre o prazo para o registro junto ao Departamento de Polícia Federal após deferimento do pedido de regularização migratória.	https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.html
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Normativa (MEC)	22/2016	13/12/2016	Dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.	Em vigor	Integração educacional de migrantes.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_NORMATIVA_N%C2%BA_22_DE_13_DE_DEZEMBRO_DE_2016_1.pdf

3.4 Século XXI – Normativas pós-Lei de Migrações (2017-2025)

A virada normativa que se inicia em 2017 marca a passagem definitiva do antigo Estatuto do Estrangeiro para um regime migratório centrado em direitos humanos. O ponto de inflexão é a Lei 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto 9.199/2017, que institui a autorização de residência como eixo flexível da política migratória. A lei ainda introduz o visto humanitário, fortalece o direito à reunião familiar, prevê canais de residência por investimento produtivo ou imobiliário e abre espaço para categorias associadas ao trabalho no Brasil.

Para detalhar a aplicação prática dessas inovações, o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) publicou um conjunto numeroso de Resoluções Normativas: as primeiras (1-23/2017) foram editadas quase em paralelo à nova lei; os pacotes seguintes — 24-36/2018, 37-41/2019, 42-43/2020, 44-46/2021, 47/2022 e 48-50/2023-24 — ajustaram critérios de escolaridade, capital mínimo, prazos de residência ou criaram figuras como o nômade digital (2021) e a residência para recém-graduados (2024). Esse corpo regulatório consolidou um ambiente propício à atração de mão-de-obra qualificada, de capital estrangeiro e de profissionais que podem trabalhar à distância, refletindo tendências globais de economia digital e pós-pandemia.

Durante a pandemia de Covid-19, entre março de 2020 e abril de 2022, mais dezenas de portarias restrinham, flexibilizaram e, por fim, retomaram a entrada de estrangeiros, enquanto Polícia Federal e Departamento de Migrações suspenderam, prorrogaram e depois normalizaram prazos de regularização.

Nos últimos anos, o Brasil precisou responder a crises humanitárias sucessivas. A migração venezuelana, a partir de 2016, demandou a Operação Acolhida, com resolução própria para recepção, triagem, saúde e interiorização de refugiados; a guerra na Síria (2019), a instabilidade política, social e econômica no Haiti (2019-2024); o regime do talibã no Afeganistão (2021-2023); e a guerra entre a Rússia e a Ucrânia (2022-2024) motivaram portarias interministeriais que criaram corredores de acolhida humanitária, isentaram taxas e simplificaram documentação.

O período testemunhou também um salto de digitalização: em 2019 o Sisconare passou a receber pedidos de refúgio online, a plataforma tornou-se o principal meio para dar entrada no pedido de refúgio; no mesmo ano, o MigranteWeb foi integrado ao gov.br com a versão mais recente do sistema, o MigranteWeb 2.0, para solicitações de autorizações de residência laboral; e, em 2023, foi lançada da Carteira Digital do Migrante, tornando possível baixar sem custo, pelo celular, a CRNM, válida como documento oficial. Essas ferramentas reduziram burocracia, os custos e facilitaram fiscalização. Aparentemente, último ajuste.

Encerrando a década, o debate migrou para a política nacional de migração em sentido amplo. Através da Portaria nº 290/2023, o Ministério da Justiça instituiu o grupo de trabalho para proposição da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (PNMRA). A Política tem fundamento legal no art. 120 da Lei nº 13.445/2017 (Lei de Migração), que determina a elaboração de uma política pública de caráter transversal



voltada à promoção dos direitos das pessoas migrantes, refugiadas e apátridas no Brasil. Em 2024, ocorreu uma rodada de discussão do texto da PNMRA, acrescida das contribuições da 2ª Conferência Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (2ª COMI-GRAR).

Em síntese, entre 2017 e 2025 o Brasil deixou um modelo securitário e passou a articular proteção, inclusão socioeconômica e inovação tecnológica. O resultado é um sistema mais dinâmico, que busca equilibrar soberania, solidariedade e atração de oportunidades para o desenvolvimento nacional.

QUADRO 4. Século XXI – Normativas pós-Lei de Migrações (2017-2025)

Ato	Tipo	Número/ Ano	Data	Ementa	Situação	Aspectos relacionados às migrações	Links
Legislativo (Federal)	Lei	13.445/2017	24/05/2017	Institui a Lei de Migração.	Em vigor	Lei de Migração.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	9.089/2017	06/07/2017	Promulga o Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas, firmado em Brasília, em 9 de julho de 2013.	Em vigor	Residência permanente para uruguaios.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9089.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	24/2017	28/07/2017	Adota o Formulário de Solicitação de Reconhecimento da Condição de Refugiado, o Formulário de Identificação de Familiares para Extensão dos efeitos da Condição de Refugiado e o Formulário para Interposição de Recurso e altera a redação da Resolução Normativa nº 22 do Conare.	Revogada	Novos formulários de solicitação de refúgio.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-24-do-conare.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Conjunta (CONANDA/ CONARE/CNIg/ DPU)	1/2017	09/08/2017	Estabelece procedimentos de identificação preliminar, atenção e proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados, e dá outras providências.	Em vigor	Proteção para criança e adolescente desacompanhados ou separados.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-conjunta-n-1-do-conare-1.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	25/2017	14/09/2017	Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 17, de 20 de setembro de 2015.	Revogada	Prorroga vigência da RN 17/2015.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-25-do-conare.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	9.199/2017	20/11/2017	Regulamenta a Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, que institui a Lei de Migração.	Em vigor	Regulamenta a Lei de Migração.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2017/decreto/d9199.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	01/2017	12/01/2017	Disciplina procedimentos para a concessão de autorização de residência de competência do Ministério do Trabalho.	Em vigor	Autorizações de residência concedidas pelo Ministério do Trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/trabalho-estrangeiro/nova-legislacao/Resolu%C3%A7%C3%A3o_Normativa_01_alterada.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	02/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho com vínculo empregatício no Brasil.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_02_2017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	03/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para prestar serviço de assistência técnica.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_03_2017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	04/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para transferência de tecnologia.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_04_2017.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	05/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil a marítimo que trabalhe a bordo de embarcação de cruzeiros marítimos pela costa brasileira.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_05.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	06/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho a bordo.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_06.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	07/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para prestar serviço ou auxílio técnico ao Governo brasileiro.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_07_2017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	08/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil ao abrigo de acordo de cooperação internacional.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_08_-2017_alterada_pela_RN_29_-2018_atualizada.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	09/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para representar no País instituição financeira sediada no exterior.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_09_2017.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	10/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para representar pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos.	Em vigor	Autorização de residência para representação de pessoa jurídica.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_10_2017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	11/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para imigrante administrador, gerente, diretor ou executivo com poderes de gestão, para representar sociedade civil ou comercial, grupo ou conglomerado econômico - pessoa jurídica.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_11_DE_1%C2%BA_DE_DEZEMBRO_DE_2017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	12/2017	12/01/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para exercício de cargo ou função sem vínculo empregatício, por prazo indeterminado, em razão de legislação federal específica exigir residência no Brasil.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_12_2017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	13/2017	12/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para realização de investimento de pessoa física em pessoa jurídica no País.	Em vigor	Autorização de residência para investimentos.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_13_DE_12_DE_DEZEMBRO_DE_2017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	14/2017	12/12/2017	Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para prática de atividades religiosas.	Em vigor	Autorização de residência para atividades religiosas.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_14_-_CONSOLIDADA_1.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	15/2017	12/12/2017	Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para prestação de serviço voluntário junto à entidade de direito público ou privado sem fins lucrativos, ou a organização vinculada a governo estrangeiro.	Em vigor	Autorização de residência para serviços voluntários.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_15_-2017_-_ALTERADA_PELA_RN_28-2018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	16/2017	12/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência prévia, para realização de atividades artísticas ou desportivas, com contrato por prazo determinado, sem vínculo empregatício com pessoa física ou jurídica sediada no país.	Em vigor	Autorização de residência para prática de atividades físicas e lazer.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN%2016%20-%20202017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	17/2017	12/12/2017	Disciplina a concessão de visto temporário e autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para realização de atividade como correspondente de jornal, revista, rádio, televisão ou agência noticiosa estrangeira.	Em vigor	Autorização de residência para imprensa.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN%2017%20-%20202017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	18/2017	12/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, a imigrante, vinculado a Grupo Econômico cuja matriz situe-se no Brasil, com vistas à capacitação e à assimilação da cultura empresarial e em metodologia de gestão da empresa interessada.	Em vigor	Autorização de residência para capacitação em empresa do mesmo grupo econômico.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN%2018%20-%20202017.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	19/2017	12/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil, para receber treinamento profissional junto à subsidiária, filial ou matriz brasileira.	Em vigor	Autorização de residência para treinamento profissional junto à empresa do grupo.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN%2019%20-%202017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	20/2017	12/12/2017	Disciplina a concessão de visto temporário e de autorização de residência para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País, com prazo de estada superior a 90 (noventa) dias.	Em vigor	Autorização de residência para pesquisa.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_20_-2017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	21/2017	12/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho com vínculo empregatício no Brasil, na condição de atleta profissional, definido em lei.	Revogada	Autorização de residência para atleta profissional.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_21_2017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	22/2017	12/12/2017	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação estrangeira de pesca arrendada por empresa brasileira.	Em vigor	Autorização de residência para marítimo em pesca arrendada.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN%2022%20-%202017.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	23/2017	12/12/2017	Disciplina os casos especiais para a concessão de autorização de residência associada às questões laborais	Em vigor	Casos especiais de residência associada a questões laborais.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_23_2017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (CONARE)	1/2018	25/01/2018	Dispõe sobre o procedimento de notificação previsto no artigo 18 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.	Em vigor	Procedimento de notificação (art. 18 da Lei 9.474/97).	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/2150044/do1-2018-01-26-portaria-n-1-de-25-de-janeiro-de-2018-2150040
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	9.277/2018	05/02/2018	Dispõe sobre a identificação do solicitante de refúgio e sobre o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.	Em vigor	Identificação do solicitante de reconhecimento da condição de refugiado no Brasil	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Decreto/D9277.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	9.285/2018	15/02/2018	Reconhece a situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.	Em vigor	Reconhece como crise humanitária a crise da Venezuela.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9285.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	24/2018	20/02/2018	Disciplina a concessão de autorização de residência para realização de pesquisa, ensino ou extensão acadêmica com vínculo no País.	Em vigor	Autorização de residência para pesquisa.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN%2024%20-%202018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	25/2018	20/02/2018	Disciplina a concessão de visto temporário a imigrante maior de quatorze e menor de dezoito anos para realização de atividades desportivas.	Em vigor	Autorização de residência para adolescentes que realizam atividades em centros culturais e esportivos no Brasil.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN%2025%20-%202018.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	26/2018	20/02/2018	Disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho para realização de estágio profissional ou intercâmbio profissional.	Em vigor	Autorização de residência para estágio e intercâmbio.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_26 - 2018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP/MRE)	3/2018	27/02/2018	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório, especifica a documentação necessária para instrução dos pedidos e define o procedimento de registro de autorizações de residência concedidas a refugiados, apátridas e asilados. (Alterada pela Portaria Interministerial nº 12, de 13 de junho de 2018)	Em vigor	Procedimentos para requisição da CRNM.	https://www.normasbrasil.com.br/norma/portaria-
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP)	4/2018	27/02/2018	Regulamenta os procedimentos de concessão de autorização de residência para casos não previstos expressamente na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 e no Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.	Revogada	Autorização de residência para casos não previstos na Lei 13.445/2017 e Decreto 9.199/2017.	https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/4716063/do1-2018-02-28-portaria-interministerial-n-4-de-27-de-fevereiro-de-2018-4716059
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP)	5/2018	27/02/2018	Dispõe sobre o procedimento de reconhecimento da condição de apatridia e da naturalização facilitada dela decorrente.	Em vigor	Reconhecimento de apatridia e naturalização facilitada.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/legislacao/anexos/copy_of_

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	217/2018	27/02/2018	Dispõe sobre o procedimento de avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamento de multas.	Em vigor	Procedimentos sobre isenção de taxas.	https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/4714118/do1-2018-02-28-portaria-n-218-de-27-de-fevereiro-de-2018-4714114
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	218/2018	27/02/2018	Dispõe sobre o procedimento de avaliação da condição de hipossuficiência econômica para fins de isenção de taxas para obtenção de documentos de regularização migratória e de pagamento de multas.	Em vigor	Avaliação de hipossuficiência econômica para isenção de taxas e multas migratórias.	https://www.in.gov.br/web/guest/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/4714118/do1-2018-02-28-portaria-n-218-de-27-de-fevereiro-de-2018-4714114
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP/MRE)	6/2018	03/08/2018	Dispõe sobre o procedimento de perda e cancelamento de autorização de residência.	Em vigor	Perda e cancelamento de autorização de residência.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%206,%20DE%208%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP/MRE)	7/2018	13/03/2018	Dispõe sobre o visto temporário e a autorização de residência para fins de estudo.	Em vigor	Autorização de residência para fins de estudo.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%207%20DE%2013%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202018.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP/MRE)	8/2018	13/03/2018	Dispõe sobre o visto temporário e sobre a autorização de residência para tratamento de saúde.	Em vigor	Autorização de residência para tratamento de saúde.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%208,%20DE%2013%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP/MRE)	9/2018	14/03/2018	Dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL e países associados, a fim de atender a interesses da política migratória nacional.	Revogada	Autorização de residência a nacionais de países fronteiriços (não-Mercosul).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%209,%20DE%2014%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (DG/PF)	8.166/2018	21/03/2018	Delega competência nos procedimentos de perda e cancelamento de autorização de residência nos processos de alçada da Polícia Federal.	Em vigor	Delegação de competência para perda/cancelamento de residência (Polícia Federal).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRIA_N%C2%BA_8.166-DG.PF_DE_21_DE_MAR%C3%87O_DE_2018_1.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	1/2018	26/03/2018	Institui o Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes que se encontram no Estado de Roraima.	Em vigor	Institui Subcomitê de Interiorização.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Comit%C3%A9%20Emergencial/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	2/2018	26/03/2018	Institui o Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes que se encontram no Estado de Roraima.	Revogada	Institui Subcomitê Federal para Interiorização de Imigrantes em Roraima.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/8438555/do1-2018-03-29-resolucao-n-2-de-26-de-marco-de-2018-8438551

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	26/2018	26/03/2018	Altera a Resolução Normativa nº 18 do Conare para disciplinar hipóteses de extinção do processo sem resolução do mérito.	Em vigor	Extinção de processos de refúgio.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-n-26-do-conare.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP)	10/2018	06/04/2018	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para cidadãos haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.	Revogada	Visto humanitário e residência para haitianos e apátridas residentes no Haiti.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORATARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%2010,%20DE%206%20DE%20ABRIL%20DE%202018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	27/2018	04/10/2018	Dá nova redação à Resolução Normativa nº 20, de 12 de dezembro de 2017.	Em vigor	Autorização de residência para pesquisa.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes/normativas/RN_27_-_2018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	28/2018	04/10/2018	Altera dispositivos das Resoluções Normativas nº 14, de 12 de dezembro de 2017, e nº 15, de 12 de dezembro de 2017.	Em vigor	Atualização da documentação exigida para autorização de residência para atividades religiosas e serviços voluntários.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes/normativas/RN_28_-_2018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	3/2018	02/05/2018	Institui o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes que se Encontram no Estado de Roraima, em decorrência de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.	Revogada	Institui Subcomitê de Recepção e Triagem.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%A3o%20do%20Comit%C3%A9%20do%20Acolhimento%20da%20Venezuela.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	4/2018	02/05/2018	Institui o Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes que se Encontram no Estado de Roraima, em decorrência de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela.	Revogada	Institui Subcomitê de Saúde.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%A3o_B5es_do_Comit%C3%AA_Emergencial/
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP)	11/2018	05/03/2018	Dispõe sobre os procedimentos para solicitação de naturalização, de igualdade de direitos, de perda, de reaquisição de nacionalidade brasileira e de revogação da decisão de perda da nacionalidade brasileira e dá outras providências.	Revogada	Procedimentos de naturalização, igualdade de direitos, perda e reaquisição de nacionalidade.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kuirw0TZC2Mb/content/id/12936945/do1-2018-05-04-portaria-interministerial-n-11-de-3-de-maio-de-2018-12936941
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	29/2018	06/12/2018	Dá nova redação à Resolução Normativa nº 08, de 01 de dezembro de 2017.	Em vigor	Atualização da documentação exigida para autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN%2029%20-%202018%20-%20altera%20a%20RN%2008%20-%202017.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	30/2018	06/12/2018	Disciplina a renovação do prazo de autorização de residência ou a alteração para prazo indeterminado.	Em vigor	Prazos de renovação da autorização de residência.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_30-2018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	31/2018	06/12/2018	Altera o Anexo I da Resolução Normativa nº 1, de 1º de dezembro de 2017.	Em vigor	Formulário de Requerimento de Autorização de Residência.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_31-2018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	32/2018	12/06/2018	Altera as Resoluções Normativas nº 14, de 12 de dezembro de 2017 e nº 30, de 12 de junho de 2018.	Em vigor	Alteração dos prazos de residência.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_32_-2018.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	33/2018	06/12/2018	Altera a Resolução Normativa nº 20, de 12 de dezembro de 2017.	Em vigor	Alteração dos prazos de autorização de residência para pesquisa.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_33 - Altera_a_RN_20.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP)	12/2018	13/06/2018	Dispõe sobre o visto temporário e sobre a autorização de residência para reunião familiar.	Em vigor	Visto temporário e autorização de residência para reunião familiar; altera Portaria Intermin. 3/2018.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/25601924/do1-2018-06-14-portaria-interministerial-n-12-de-13-de-junho-de-2018-25601731
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP/MRE)	12/2018	14/06/2018	Dispõe sobre o visto temporário e sobre a autorização de residência para reunião familiar.	Em vigor	Autorização de residência para reunião familiar.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA
Legislativo (Federal)	Lei	13.684/2018	21/06/2018	Dispõe sobre medidas de assistência emergencial para acolhimento a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório provocado por crise humanitária; e dá outras providências.	Em vigor	Acolhida humanitária.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13684.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	34/2018	14/08/2018	Altera a Resolução Normativa nº 03, de 1º de dezembro de 2017.	Em vigor	Alteração dos prazos de autorização de residência para fins de trabalho.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_34 - 2018.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	35/2018	14/08/2018	Disciplina a concessão de visto temporário e de autorização de residência para receber treinamento no manuseio, na operação e na manutenção de máquinas, equipamentos e outros bens produzidos em território nacional, sem vínculo empregatício no Brasil.	Em vigor	Visto temporário para operação de máquinas.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_35 - Treinamento_de_maquinas.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Administrativa (CNIg)	01/2018	14/08/2018	Disciplina os procedimentos administrativos para o processamento de pedidos efetuados junto ao Conselho Nacional de Imigração.	Em vigor	Pedidos junto ao CNIg.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_administrativas/RESOLU%C3%87%C3%83O
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (PF)	8728/2018	21/08/2018	Institui os modelos das Carteiras de Registro Nacional Migratório e do Documento Provisório de Registro Nacional Migratório.	Revogada	Institui modelos de CRNM e DPRNM.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/39937908/do1-2018-09-06-portaria-n-8-728-de-21-de-agosto-de-2018-39937733
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MTE)	656/2018	22/08/2018	Aprova modelos de Contrato de Trabalho e de Nota Contratual para contratação de músicos, profissionais, artistas e técnicos de espetáculos de diversões, e dá outras providências.	Revogada	Modelos de contrato/nota contratual para artistas e técnicos.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_656_DE_22_DE_AGOSTO_DE_2018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP)	15/2018	27/08/2018	Altera a Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018.	Em vigor	Altera Portaria 9/2018 para flexibilizar documentação de fronteiriços.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP)	16/2018	03/10/2018	Altera a Portaria Interministerial nº 5, de 27 de fevereiro de 2018, e a Portaria Interministerial nº 11, de 3 de maio de 2018.	Em vigor	Altera Portarias 5/2018 e 11/2018 – alternativas ao Celpe-Bras.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	5/2018	08/10/2018	Altera a Resolução nº 2, de 26 de março de 2018, que institui o Subcomitê Federal para Interiorização dos Imigrantes que se encontram no Estado de Roraima.	Revogada	Alterações na Resolução que institui Subcomitê de Interiorização.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%A7%C3%83esdo_Comit%C3%AA_Emergencial/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	36/2018	10/09/2018	Disciplina a concessão de autorização de residência em decorrência de investimento imobiliário no Brasil.	Em vigor	Autorização de residência para investimento imobiliário.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_NORMATIVA_N%C2%BA_36_DE_9_DE_OUTUBRO_DE_2018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Conjunta (CNIg/CONARE)	1/2018	10/09/2018	Dispõe sobre a concessão de autorização de residência, associada à questão laboral, à solicitante de reconhecimento da condição de refugiado junto ao Comitê Nacional para os Refugiados (Conare).	Em vigor	Residência laboral a solicitante de refúgio.	https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55217082/do1-2018-12-14-resolucao-conjunta-n-1-de-9-de-outubro-de-2018-55217031
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	27/2018	30/10/2018	Disciplina o art. 2º da Lei 9.474, de 22 de junho de 1997.	Em vigor	Definições de proteção/refúgio.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao_normativa_n_27_conare.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP)	17/2018	19/11/2018	Altera a Portaria interministerial nº 10, de 6 de abril de 2018.	Em vigor	Altera Portaria 10/2018 (acolhida humanitária Haiti).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJ/MESP)	18/2018	19/12/2018	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos requerimentos de autorização de residência à pessoa que já tenha possuído a nacionalidade brasileira e não deseje ou não reúna os requisitos para readquiri-la.	Em vigor	Autorização de residência para quem já tenha possuído a nacionalidade brasileira.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	28/2018	20/12/2018	Dispõe sobre a extinção do processo e regras de desarquivamento do processo de refúgio.	Em vigor	Extinção e desarquivamento de processos de refúgio.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao-normativa-do-comite-nacional-para-os-refugiados-no-28-de-20-de-dezembro-de-2018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	6/2018	28/12/2018	Institui o Subcomitê para Acolhimento dos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade Provenientes da Venezuela.	Revogada	Subcomitê Acolhimento (Venezuela).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%B5es-do_Comit%C3%AA_Emergencial/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	7/2018	28/12/2018	Autoriza alterações na composição e na coordenação dos Subcomitês por ato do Presidente do Comitê Federal de Assistência Emergencial.	Em vigor	Altera composição de subcomitês.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%B5es-do_Comit%C3%AA_Emergencial/

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	197/2019	03/06/2019	Estabelece procedimentos para a tramitação de requerimentos de autorização de residência, registro e emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório para a criança ou o adolescente nacional de outro país ou apátrida, desacompanhado ou separado, que se encontre em ponto de controle migratório nas fronteiras brasileiras ou no território nacional.	Em vigor	Autorização de residência e CRNM para crianças e adolescentes desacompanhados.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_197_DE_6_DE_MAR%C3%87O_DE_2019.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	2/2019	15/05/2019	Altera a Portaria Interministerial nº 9, de 14 de março de 2018, que dispõe sobre a concessão de autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço, onde não esteja em vigor o Acordo de Residência para Nacionais os Estados Partes do MERCOSUL e países associados, a fim atender a interesses da política migratória nacional.	Em vigor	Altera Port. 9/2018 (fronteiriços).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_9_2018.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	29/2019	14/06/2019	Estabelece a utilização do Sisconare como sistema para o processamento das solicitações de reconhecimento da condição de refugiado de que trata a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.	Em vigor	Implanta o Sisconare como sistema oficial de refúgio.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/rn29.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	9.873/2019	27/06/2019	Dispõe sobre o Conselho Nacional de Imigração.	Em vigor	Reestrutura o CNIG.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D9873.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	3/2019	07/03/2019	Dispõe sobre o procedimento a ser adotado em relação à tramitação do requerimento de transformação de vistos diplomático ou oficial em autorização de residência.	Em vigor	Regularização de diplomatas.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2019/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_3_2019.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	4/2019	26/07/2019	Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência para nacionais de Cuba que tenham integrado o Programa Mais Médicos para o Brasil, a fim de atender ao interesse da política migratória nacional.	Em vigor	Acolhida de profissionais de saúde.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2019/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_4_2019.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	5/2019	26/07/2019	Dispõe sobre a concessão de autorização de residência aos nacionais da República Dominicana, que tenham processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil.	Em vigor	Regularização humanitária.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2019/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_5_2019.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	8/2018	12/08/2019	Indica como Coordenador Operacional da Força Tarefa Logística Humanitária no Município de Manaus, Estado do Amazonas.	Em vigor	Indica coordenador FT Humanitária.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%A7%C5%83es/do_Comit%C3%AA_Emergencial/
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	9.970/2019	14/08/2019	Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial.	Revogada	Comitê Federal de Assistência Emergencial.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D9970.htm#art10

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	7/2019	19/08/2019	Dispõe sobre o regramento para efetivação de impedimento de ingresso no Brasil de altos funcionários do regime venezuelano, que, por seus atos, contrariam princípios e objetivos da Constituição Federal, atentando contra a democracia, a dignidade da pessoa humana e a prevalência dos direitos humanos.	Revogada	Sanções migratórias.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2019/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_7_2019.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	37/2019	28/08/2019	Altera a Resolução Normativa nº 1, de 1º de dezembro de 2017.	Em vigor	Ajustes de autorização de residência.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_37_2019_1.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	38/2019	28/08/2019	Altera a Resolução Normativa nº 23, de 12 de dezembro de 2017.	Em vigor	Residência laboral (casos especiais).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_38_2019_1.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	39/2019	28/08/2019	Dispõe sobre a revogação de Resoluções Normativas.	Em vigor	Revogações de Resoluções Normativas.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RN_39_2019.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Administrativa (CNIg)	02/2019	28/08/2019	Altera a Resolução Administrativa nº 01, de 14 de agosto de 2018, que disciplina os procedimentos administrativos para o processamento de pedidos efetuados junto ao Conselho Nacional de Imigração.	Em vigor	Pedidos junto ao CNIg.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_administrativas/RESOLU%C3%87%C3%83O

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Administrativa (CNIg)	03/2019	28/08/2019	Institui Câmara Especializada, no âmbito do Conselho Nacional de Imigração, para estudar e propor medidas de atração de mão de obra qualificada em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional ou com déficit de competências profissionais para o País.	Em vigor	Institui Câmara Especializada no CNIg.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_administrativas/RA_03 - Cria_Camara_Especializada - Atracao_de_mao_de_obra_especializada.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Administrativa (CNIg)	04/2019	28/08/2019	Institui Câmara Especializada no âmbito do Conselho Nacional de Imigração.	Em vigor	Institui Câmara Especializada no CNIg.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_administrativas/RA_03 - Cria_Camara_Especializada - Atracao_de_mao_de_obra_especializada.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	30/2019	09/12/2019	Prorroga a vigência da Resolução Normativa nº 17, de 20 de setembro de 2013.	Revogada	Prorroga vigência da RN 17/2013.	https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-normativa-n-30-de-12-de-setembro-de-2019-216798568?inheritRedirect=true&redirect=%2Fweb%2Fguest%2Fsearch%3FqSearch%3Dresolu%25C3%25A7%2D
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	748/2019	27/09/2019	Revoga a Portaria Interministerial nº 4, de 27 de fevereiro de 2018, dos Ministérios da Justiça e Extraordinário da Segurança Pública.	Em vigor	Revoga Port. 4/2018 (casos não previstos).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%2C2%BA_748_DE_27_DE_SETEMBRO_DE_2019.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	40/2019	10/02/2019	Dispõe sobre a concessão e os procedimentos para emissão de visto temporário e de autorização de residência com base em aposentadoria e/ou benefício de pensão por morte.	Em vigor	Autorização de residência para aposentados.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/trabalho-estrangeiro/nova-legislacao/item/download/RESOLU%C3%87%C3%83O_NORMATIVA_N%C2%BA_40.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	41/2019	10/02/2019	Altera a Resolução Normativa nº 30 de 12 de junho de 2018.	Em vigor	Documentação para autorização de residência para aposentados.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_N%C2%BA_41.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	8/2019	10/08/2019	Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados em relação à tramitação dos pedidos de naturalização especial.	Em vigor	Tramitação dos pedidos de naturalização especial.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_INTERMINISTERIAL_8.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	9/2019	10/08/2019	Dispõe sobre a concessão e os procedimentos do visto temporário e da respectiva autorização de residência para fins de acolhida humanitária a pessoas afetadas pelo conflito armado na República Árabe Síria.	Em vigor	Acolhida humanitária (Síria).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2019/PORTRARIA_INTERMINISTERIAL_9_2019.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	770/2019	10/11/2019	Dispõe sobre o impedimento de ingresso, a repatriação e a deportação de pessoa perigosa ou que tenha praticado ato contrário aos princípios e objetivos dispostos na Constituição Federal.	Em vigor	Regula impedimento de ingresso, repatriação e deportação de pessoa perigosa.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_770_DE_11_DE_OUTUBRO_DE_2019.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	9/2018	01/11/2019	Dispõe sobre os objetivos específicos e o funcionamento do Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes; do Subcomitê Federal para Acolhimento aos Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade; do Subcomitê Federal para Interiorização; e do Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes.	Revogada	Objetivos e funcionamento Subcomitê.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%B5es/do_Comit%C3%AA_Emergencial/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	10/2019	01/11/2019	Institui o Sistema Acolhedor como cadastro oficial da Operação Acolhida e base de dados oficial para interiorização nas modalidades trabalho, reunificação familiar e reunião social.	Revogada	Sistema Acolhedor – cadastro oficial.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%B5es/do_Comit%C3%AA_Emergencial/
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE)	11/2018	01/11/2019	Indica o coordenador operacional para atuar no Estado de Roraima e no Município de Manaus, em decorrência de fluxo migratório provocado por crise humanitária na República Bolivariana da Venezuela	Revogada	Coordenador Operacional RR/AM.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%B5es/do_Comit%C3%AA_Emergencial/
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	10.088/2019	11/05/2019	Consolida atos normativos editados pelo Poder Executivo Federal que dispõem sobre a promulgação de convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho - OIT ratificadas pela República Federativa do Brasil.	Em vigor	Direitos trabalhistas de migrantes.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2019/Decreto/D10088.htm

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	31/2019	13/11/2019	Altera a Resolução Normativa nº 18, de 30 de abril de 2014, do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare, que estabelece os procedimentos aplicáveis ao pedido e à tramitação da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado e dá outras providências.	Em vigor	Atualização processual refúgio.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	827/2019	19/11/2019	Dispõe sobre os procedimentos para preenchimento da Guia de Recolhimento da União - GRU, referente ao pedido de autorização de residência para fins laborais e de investimento.	Em vigor	Taxas de processos migratórios.	https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/1226/2/PRT_GM_2019_827.html
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	10/2019	12/05/2019	Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência aos nacionais da República do Senegal, que tenham processo de reconhecimento da condição de refugiado em trâmite no Brasil.	Em vigor	Regularização humanitária (Senegal).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2019/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_10_2019.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (PF)	11.264/2020	24/01/2020	Institui, com validade em todo território nacional, novos modelos para Carteira do Registro Nacional Migratório - CRNM e Documento Provisório de Registro Nacional Migratório - DPRNM.	Em vigor	Novos modelos da Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/

Legislativo (Federal)	Lei	13.979/2020	02/06/2020	Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019.	Em vigor	Regras sanitárias que afetaram mobilidade.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l13979.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	10.256/2020	27/02/2020	Promulga acordo de gratuidade de vistos para estudantes/docentes do Mercosul.	Em vigor	Circulação acadêmica no Mercosul.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10256.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS)	120/2020	17/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada – Venezuela (Covid-19).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_120_DE_17_DE_MAR%C3%87O_DE_2020_002.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS)	125/2020	19/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada – vários países (Covid-19).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_125_DE_19_DE_MAR%C3%87O_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (CONARE)	2/2020	20/03/2020	Dispõe sobre a suspensão dos atendimentos presenciais, dos prazos processuais e das reuniões do Comitê Nacional para os Refugiados, de que trata a Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.	Em vigor	Impacto processual em pedidos de refúgio.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_2_DE_20_DE_MAR%C3%87O_DE_2020.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	10.282/2020	20/03/2020	Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.	Em vigor	Controle de fronteiras – Covid-19.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10282.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS)	132/2020	22/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes da República Oriental do Uruguai, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada – Uruguai (Covid-19).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_132_DE_22_DE_MAR%C3%87O_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	87/2020	23/03/2020	Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência à pessoa que tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória.	Revogada	Residência a vítimas de tráfico de pessoas, trabalho escravo ou violação de direito agravada.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-87-de-23-de-marco-de-2020-249440047
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (DEMIG)	1/2020	25/03/2020	Dispõe sobre a suspensão dos prazos processuais nos processos administrativos de competência do Departamento de Migrações.	Em vigor	Suspender prazos processuais no Departamento de Migrações.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_1_DE_25_DE_MAR%C3%87O_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS)	47/2020	26/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros por transporte aquaviário, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada – transporte aquaviário.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_47_DE_26_DE_MAR%C3%87O_DE_2020.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	149/2020	27/03/2020	Dispõe sobre restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Fechamento de fronteiras – Covid-19.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_149_DE_27_DE_MAR%C3%87O_DE_2020_2.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	158/2020	31/03/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada – Venezuela (prorrogação).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_158_DE_31_DE_MAR%C3%87O_DE_2020_1.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MINFRA/ MS)	8/2020	04/02/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros provenientes dos países que relaciona, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada – lista de países (Covid-19).	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt_portaria%20n%C2%BA%208-20-mjsp.htm
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS)	195/2020	20/04/2020	Prorroga a restrição excepcional e temporária de entrada no País, por via terrestre, de estrangeiros provenientes daRepública Oriental do Uruguai.	Revogada	Prorroga restrição fronteira Uruguai.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_195_DE_20_DE_ABRIL_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	222/2020	19/05/2020	Dispõe sobre delegação de competência ao Diretor do Departamento de Migrações da Secretaria Nacional de Justiça.	Em vigor	Gestão dos processos migratórios.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_222_DE_19_DE_MAIO_DE_2020.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	255/2020	22/05/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_255_DE_22_DE_MAIO_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	32/2020	06/04/2020	Altera a Resolução Normativa nº 18, de 30 de abril de 2014 e revoga as Resoluções Normativas nº 22, de 22 de outubro de 2015 e nº 24, de 28 de julho de 2017, todas do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare.	Revogada	Altera RN 18/2014 e revoga RNs 22 & 24.	https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-normativa-n-32-de-4-de-junho-de-2020-275906816
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	319/2020	20/06/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_319_DE_20_DE_JUNHO_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	340/2020	30/06/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_340_DE_30_DE_JUNHO_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (DEMIG/MJSP)	2/2020	07/07/2020	Dispõe sobre a retomada dos prazos processuais no âmbito da Coordenação-Geral de Imigração Laboral.	Em vigor	Reinício de análises de autorizações.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_2_DE_7_DE_JULHO_DE_2020.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	42/2020	23/07/2020	Altera a Resolução Normativa nº 06, de 1º de dezembro de 2017, que disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil para atuação como marítimo a bordo de embarcação ou plataforma de bandeira estrangeira.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho a bordo.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_CNIIG_MJSP_N%C2%BA_42.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	43/2020	23/07/2020	Altera a Resolução Normativa nº 05, de 1º de dezembro de 2017, que disciplina a concessão de autorização de residência para fins de trabalho sem vínculo empregatício no Brasil a marítimo que trabalhe a bordo de embarcação de cruzeiros marítimos pela costa brasileira.	Em vigor	Autorização de residência para fins de trabalho a bordo.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_CNIIG_MJSP_N%C2%BA_43.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/Minfra)	1/2020	29/07/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_1_DE_29_DE_JULHO_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/Minfra)	419/2020	26/08/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_CC-PR_MJSP_MINFRA_MS_N%C2%BA_419_DE_26_DE_AGOSTO_DE_2020.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	456/2020	24/09/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_456_DE_24_DE_SETEMBRO_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	470/2020	10/02/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_470_DE_2_DE_OUTUBRO_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	478/2020	14/10/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_478_DE_14_DE_OUTUBRO_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (DIREX/PF)	18/2020	19/10/2020	Dispõe sobre a retomada do curso dos prazos migratórios no âmbito da Polícia Federal.	Revogada	Retomada do curso dos prazos migratórios na Polícia Federal.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_18-DIREX-PF_DE_19_DE_OUTUBRO_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	518/2020	11/12/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_518_DE_12_DE_NOVEMBRO_DE_2020.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	623/2020	13/11/2020	Dispõe sobre os procedimentos de naturalização, de igualdade de direitos, de perda da nacionalidade, de reaquisição da nacionalidade e de revogação da decisão de perda da nacionalidade brasileira.	Em vigor	Naturalização e apatridia.	https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/2247/1/PRT_GM_2020_623.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CNE)	1/2020	13/11/2020	Dispõe sobre o direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes, refugiados, apátridas e solicitantes de refúgio no sistema público de ensino brasileiro.	Em vigor	Direito de matrícula de crianças e adolescentes migrantes e refugiados no ensino público.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-13-de-novembro-de-2020-288317152
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CONARE)	33/2020	20/11/2020	Altera a Resolução Normativa nº 18, de 30 de abril de 2014, e revoga as Resoluções Normativas nº 22, 24 e 32, todas do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare.	Em vigor	Altera RN 18/2014 e revoga RNs 22,24 e 32.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-normativa-n-33-de-20-de-novembro-de-2020-291812840
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Conjunta (CNIg/CONARE)	2/2020	12/02/2020	Dispõe sobre a alteração do prazo de residência na forma do art. 142, § 3º do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.	Em vigor	Altera prazo de residência	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-conjunta-cniq-conare-mjsp-n-2-de-2-de-dezembro-de-2020-307758226
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	615/2020	12/11/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaleimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%2CBA_615_DE_11_DE_DEZEMBRO_DE_2020.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	13/2020	16/12/2020	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais haitianos e apátridas residentes na República do Haiti.	Em vigor	Autorização de residência para fins de acolhida humanitária (Haiti).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_630_DE_16_DE_DEZEMBRO_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	630/2020	17/12/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_630_DE_17_DE_DEZEMBRO_DE_2020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	648/2020	23/12/2020	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA%20N%C2%BA%20648,%20DE%2023%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202020.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	652/2021	25/01/2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_652_DE_25_DE_JANEIRO_DE_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (DIREX/PF)	21/2021	02/02/2021	Dispõe sobre prorrogação de prazo para regularização migratória no âmbito da Polícia Federal.	Revogada	Prorroga prazo para regularização migratória na PF.	https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/imigracao/lei-de-imigracao/publicacoes/cgpi/portaria-no-21-direx_pf-de-2-de-fevereiro-de-2021.pdf/view

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP/SE)	164/2021	03/04/2021	Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de atender às disposições do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.310, de 2 de abril de 2020, que trata sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a Decreto.	Revogada	GT para revisão e consolidação de atos normativos (Dec. 10.139/2019).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_SE.MJSP_N%C2%BA_164_DE_4_DE_MAR%C3%87O_DE_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	19/2021	23/03/2021	Dispõe sobre a autorização de residência ao imigrante que esteja em território brasileiro e seja nacional de país fronteiriço...	Em vigor	Regularização excepcional.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2021/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_19_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	44/2021	28/04/2021	Institui Câmara Especializada, no âmbito do Conselho Nacional de Imigração, para estudar e propor medidas de atração de mão de obra qualificada em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional.	Em vigor	Institui Câmara Especializada.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_CNIG_MJSP_N%C2%BA_44_DE_28_DE_ABRIL_DE_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	653/2021	14/05/2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_653_DE_14_DE_MAIO_DE_2021.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	654/2021	28/05/2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_654_DE_28_DE_MAIO_DE_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	655/2021	23/06/2021	Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa.	Revogada	Restrição de entrada geral – prorrogação.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_655_DE_23_DE_JUNHO_DE_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Instrução Normativa (PF)	198/2021	16/06/2021	Disciplina os procedimentos de apuração de infrações e de aplicação da penalidade de multa, estabelecidos na Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e no Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.	Em vigor	Sanções administrativas.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/Legisla%C3%A7%C3%A3o_Migrat%C3%B3ria_Compilada/2021_12_20_Compilado_rev_atu.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (GAB-DEMIG)	2/2021	07/09/2021	Altera o § 4º do art. 1º da Portaria GAB-DEMIG nº 4, de 21 de outubro de 2020, que dispõe sobre a retomada dos prazos processuais nos processos administrativos de competência do Departamento de Migrações.	Revogada	Altera Port. GAB-DEMIG 4/2020 (retomada de prazos).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_GAB-DEMIG_N%C2%BA_2_DE_9_DE_JULHO_DE_2021.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CNJ)	405/2021	07/06/2021	Estabelece procedimentos para o tratamento das pessoas migrantes custodiadas, acusadas, réis, condenadas ou privadas de liberdade, inclusive em prisão domiciliar e em outras formas de cumprimento de pena em meio aberto, em cumprimento de alternativas penais ou monitoração eletrônica e confere diretrizes para assegurar os direitos dessa população no âmbito do Poder Judiciário.	Em vigor	Garantias processuais e de custódia.	https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4030
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (PF)	25/2021-DIREX	17/08/2021	Dispõe sobre prorrogação de prazo para regularização migratória no âmbito da Polícia Federal.	Revogada	Prorrogação de prazo para regularização migratória (PF).	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-25/2021-direx/pf-de-17-de-agosto-de-2021-340771055
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (GAB-DEMIG)	3/2021	26/08/2021	Altera o § 4º do art. 1º da Portaria GAB-DEMIG nº 4, de 21 de outubro de 2020, que dispõe sobre a retomada dos prazos processuais nos processos administrativos de competência do Departamento de Migrações.	Revogada	Altera Port. GAB-DEMIG 4/2020 (retomada de prazos).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_GAB-DEMIG_N%2C2%BA_3_DE_26_DE_AGOSTO_DE_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	24/2021	09/03/2021	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos.	Em vigor	Acolhida humanitária (Afeganistão).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2021/PORTRARIA_INTERMINISTERIAL_24_2021.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	45/2021	09/09/2021	Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para imigrante, sem vínculo empregatício no Brasil, cuja atividade profissional possa ser realizada de forma remota, denominado “nômade digital”.	Em vigor	Nômade digital	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_CNIIG_MJSP_N%C2%BA_45_DE_9_DE_SETEMBRO_DE_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS)	660/2021	27/11/2021	Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.	Revogada	Medidas excepcionais de entrada – Covid-19.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_N%C2%BA_660_DE_27_DE_NOVEMBRO_DE_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	661/2021	12/08/2021	Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 2020.	Revogada	Protocolo sanitário de fronteiras.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_661_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	46/2021	12/09/2021	Altera a Resolução Normativa nº 36, de 09 de outubro de 2018.	Em vigor	Altera RN 36/2018.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_CNIIG_MJSP_N%C2%BA_46_DE_9_DE_DEZEMBRO_DE_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	662/2021	12/10/2021	Altera a Portaria Interministerial nº 661, de 8 de dezembro de 2021, que dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.	Revogada	Ajustes de protocolo sanitário.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/prt/portaria-662-21-ccv.htm#:~:text=PORTARIA%20N%C2%BA%20662%2C%20DE%2010%20DE%20DEZEMBRO%20DE%202021&text=Altera%20a%20Portaria%20Interministerial%20n%C2%BA,6%20de%20fevereiro%20de%202020.

Adm. Normativo (Executivo)	Decreto	10917/2021	29/12/2021	Dispõe sobre o Comitê Federal de Assistência Emergencial.	Em vigor	Comitê Federal de Assistência Emergencial.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2019-2022/2021/Decreto/D10917.htm#art9
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	27/2021	30/12/2021	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e a autorização de residência, para fins de acolhida humanitária, a nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção ou situação de desastre ambiental na República do Haiti.	Revogada	Visto/residência humanitária – Haiti.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP_MRE_N%C2%BA_27_DE_30_DE_DEZEMBRO_DE_2021.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/ MInfra)	666/2022	20/01/2022	Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.	Revogada	Medidas excepcionais de entrada – Covid-19.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	28/2022	03/03/2022	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais ucranianos e aos apátridas que tenham sido afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na Ucrânia.	Revogada	Visto e residência humanitária – Ucrânia.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP_MRE_N%C2%BA_28_DE_3_DE_MAR%C3%8DO_2022.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (PF)	28/2022-DIREX	03/11/2022	Dispõe sobre prorrogação de prazo para regularização migratória no âmbito da Polícia Federal.	Em vigor	Nova prorrogação de prazo para regularização migratória (PF).	https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-28/2022-direx/pf-de-11-de-marco-de-2022-386096092

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (CC/MJSP/MS/Minfra)	670/2022	04/01/2022	Dispõe sobre medidas excepcionais e temporárias para entrada no País, nos termos da Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020.	Revogada	Medidas excepcionais de entrada – Covid-19.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	29/2022	24/04/2022	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e a autorização de residência, para fins de acolhida humanitária, a nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção ou situação de desastre ambiental na República do Haiti.	Revogada	Visto/residência humanitária – Haiti.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP_MRE_N%C2%BA_29_DE_25_DE_ABRIL_DE_2022_REVOGADA_PELA_33.2022.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CNIg/MJSP)	47/2022	26/05/2022	Dispõe sobre a concessão de autorização de residência para fins de trabalho, com vínculo empregatício no Brasil, para o exercício de atividades desportivas	Em vigor	Trabalho de atleta estrangeiro.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_CNIg_MJSP_N%C2%BA_47_DE_26_DE_MAIO_DE_2022.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	89/2022	14/06/2022	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Imigração - CNIg.	Em vigor	Aprova o Regimento Interno do Conselho Nacional de Imigração.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_MJSP_N%C2%BA_89_DE_14_DE_JUNHO_DE_2022.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (PF)	16.362/2022	15/06/2022	Regulamenta a expedição de Carteira de Registro Nacional Migratório e Documento de Registro Nacional Migratório em meio eletrônico.	Em vigor	CRNM e Documento de Registro Migratório em meio eletrônico.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/_legislacao/PORTRARIADG

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CNE)	1/2022	25/07/2022	Dispõe sobre normas referentes à revalidação de diplomas de cursos de graduação e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.	Em vigor	Novas normas de revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-1-de-25-de-julho-de-2022-417718403
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução (CFAE/SÉ/CC)	2/2022	26/07/2022	Dispõe sobre o Subcomitê Federal para Recepção, Identificação e Triagem dos Imigrantes, o Subcomitê Federal para Acolhimento e Interiorização de Imigrantes em Situação de Vulnerabilidade, o Subcomitê Federal para Ações de Saúde aos Imigrantes e a Secretaria-Executiva e institui a Assessoria de Comunicação e a Assessoria de Gestão da Informação, no âmbito do Comitê Federal de Assistência Emergencial.	Em vigor	Reestrutura CFAE & subcomitês.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolu%C3%A7%C3%A7%C5%8des_do_Comit%C3%A9_AA_Emergencial/_RESOLU%C3%87%C3%83O_CFAE.SE.CC_N%C2%BA_2_DE_26_DE_JULHO_DE_2022.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	30/2022	25/08/2022	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais ucranianos e aos apátridas que tenham sido afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na Ucrânia.	Revogada	Visto/residência humanitária – Ucrânia.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTRARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP_MRE_N%C2%BA_30_DE_25_DE_AGOSTO_DE_2022.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	33/2022	29/12/2022	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e a autorização de residência, para fins de acolhida humanitária, a nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção ou situação de desastre ambiental na República do Haiti.	Revogada	Visto e residência humanitária – Haiti (acesso após desastres ambientais).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP_MRE_N%C2%BA_33_DE_29_DE_DEZEMBRO_DE_2022.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	290/2023	23/01/2023	Institui Grupo de Trabalho voltado para o estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.	Em vigor	Institui GT para Política Nacional de Migrações e revisão do	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2023/PORTARIA_MJSP_N%C2%BA_290_DE_23_DE_JANEIRO_DE_2023.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP/SENAJUS)	70/2023	16/02/2023	Designa membros do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 290, de 23 de janeiro de 2023, voltado ao estabelecimento da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia, bem como para a revisão do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.	Em vigor	Designa GT Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2023/PORTARIA_SENAJUS-MJSP_N%C2%BA_70_DE_16_DE_FEVEREIRO_DE_2023.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	36/2023	13/03/2023	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais ucranianos e aos apátridas que tenham sido afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na Ucrânia.	Em vigor	Visto temporário e residência humanitária a nacionais ucranianos e apátridas afetados pelo conflito.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mjsp/mre-n-36-de-13-de-marco-de-2023-469716314

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	37/2023	30/03/2023	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais haitianos e apátridas afetados por calamidade de grande proporção, por desastre ambiental ou pela situação de instabilidade institucional na República do Haiti.	Revogada	Visto temporário e residência humanitária para haitianos/apátridas afetados por crises no Haiti.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mjsp/mre-n-37-de-30-de-marco-de-2023-474123686
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	38/2023	04/10/2023	Dispõe sobre a concessão de autorização de residência prévia e a respectiva concessão de visto temporário para fins de reunião familiar para nacionais haitianos e apátridas, com vínculos familiares no Brasil.	Em vigor	Residência prévia e visto de reunião familiar para haitianos/apátridas com família no Brasil.	https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mjsp/mre-n-38-de-10-de-abril-de-2023-476019847
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	48/2023	31/08/2023	Institui Câmara Especializada, no âmbito do Conselho Nacional de Imigração.	Em vigor	Cria Câmara especializada (2023).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	40/2023	09/01/2023	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência a nacionais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, no âmbito do Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados-Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa firmado em Luanda, em 17 de julho de 2021, e promulgado pelo Decreto nº 11.156, de 29 de julho de 2022.	Em vigor	Visto temporário e residência para nacionais da CPLP (Acordo de Mobilidade).	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/legislacao/portaria-interministerial-mjsp_mre-no-40-de-10-de-setembro-de-2023-portaria-interministerial-mjsp_mre-no-40-de-10-de-setembro-de-2023-dou-imprensa-nacional-3.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	42/2023	22/09/2023	Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária para nacionais afegãos, apátridas e pessoas afetadas pela situação de grave ou iminente instabilidade institucional, de grave violação de direitos humanos ou de direito internacional humanitário no Afeganistão, no contexto dos acontecimentos de agosto de 2021.	Em vigor	Acolhida humanitária (Afeganistão).	https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/imigracao/lei-de-migracao/
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MTE)	46/2024	04/08/2024	Dispõe sobre a concessão e os procedimentos de autorização de residência à pessoa que tenha sido vítima de tráfico de pessoas, de trabalho escravo ou de violação de direito agravada por sua condição migratória.	Em vigor	Residência a vítimas de tráfico de pessoas/trabalho escravo.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2024/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP-MTE_N%C2%BA_46_DE_8_DE_ABRIL_DE_2024.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	49/2024	25/06/2024	Altera as Resoluções Normativas nº 11, de 1º de dezembro de 2017, nº 13, de 12 de dezembro de 2017 e nº 36, de 9 de outubro de 2018 para dispor sobre os requisitos estabelecidos na Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021 - Novo Marco Legal do Câmbio e nas suas regulamentações.	Em vigor	Altera RN 11/13/36 (câmbio).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/resolucoes_normativas/RESOLU%C3%87%C3%83O_CNIG.MJSP_N%C2%BA_49_DE_25_DE_JUNHO_DE_2024.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Resolução Normativa (CNIg)	50/2024	27/06/2024	Dispõe sobre a concessão de autorização de residência, para fins de trabalho, ao imigrante que cursou e concluiu graduação ou pósgraduação stricto sensu, no Brasil, e esteja no território nacional.	Em vigor	Residência para diplomados no Brasil.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/RESOLU%C3%87%C3%83O_CNIG.MJSP_N%C2%BA_50_DE_27_DE_JUNHO_DE_2024.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	49/2024	24/12/2024	Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária.	Em vigor	Acolhida humanitária (Afeganistão).	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2024/PORTARIA_INTERMINISTERIAL_MJSP-MRE_N%C2%BA_49_DE_24_DE_DEZEMBRO_DE_2024.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	50/2024	26/12/2024	Dispõe sobre a concessão de autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais ucranianos e aos apátridas que tenham sido afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na Ucrânia.	Em vigor	Residência humanitária para nacionais ucranianos/ apátridas deslocados pelo conflito.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/legislacao/anexos/portaria_interministerial_mjsp_mre_no_50_de_26_de_dezembro_de_2024.pdf
Adm. Normativo (Executivo)	Portaria Interministerial (MJSP/MRE)	51/2024	27/12/2024	Dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais haitianos afetados por calamidade de grande proporção, por desastre ambiental ou pela situação de instabilidade institucional na República do Haiti, e revoga a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 37, de 30 de março de 2023.	Em vigor	Visto temporário e residência humanitária para nacionais haitianos; revoga Portaria 37/2023.	https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/legislacao/anexos/portaria_interministerial_mjsp_mre_no_51_de_27_de_dezembro_de_2024.pdf

Adm. Normativo (Executivo)	Portaria (MJSP)	885/2025	27/02/2025	Dispõe sobre o registro de contrato de trabalho e de nota contratual celebrados entre pessoas físicas ou jurídicas e artistas, técnicos em espetáculos de diversões e músicos estrangeiros, domiciliados no exterior e com estada legal no País	Em vigor	Regulamenta contrato de trabalho/notas contratuais para artistas e músicos estrangeiros domiciliados no exterior.	https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/2025/PORTRARIA_MJSP_N%C2%BA_885_DE_27_DE_FEVEREIRO_DE_2025.pdf
---------------------------------------	-----------------	----------	------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Linha do Tempo – Principais Marcos Normativos da Legislação Migratória Brasileira (1820-2025)

Com o intuito de estabelecer uma sorte de síntese dos principais marcos normativos da Legislação Migratória, apresenta-se a seguir uma linha do tempo que reúne os principais atos normativos em matéria de migração e refúgio no Brasil.

Data	Marco Normativo / Descrição
02/12/1820	Decreto nº 2 – Primeiro ato imperial sobre entrada de colonos estrangeiros.
28/10/1848	Lei Provincial/RS nº 514 – Concessões de terras a imigrantes.
18/10/1850	Lei nº 601 (Lei de Terras) – Regula aquisição de terras e incentiva imigração.
26/03/1852	Lei Provincial/SP nº 14 – Normas de colonização e incentivo à imigração em São Paulo.
28/06/1890	Decreto nº 528 – Primeira norma republicana sobre entrada e expulsão de estrangeiros.
09/05/1934	Decreto 24215/1934 - Dispõe sobre a entrada de estrangeiros em território nacional.
16/07/1934	Constituição de 1934 – Introduz princípios de proteção ao trabalhador estrangeiro.
04/05/1938	Decreto-Lei nº 406 - Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional
06/05/1938	Decreto-Lei nº 383 – Controle administrativo da imigração no Estado Novo.
08/06/1938	Decreto-Lei nº 479 – Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros.
06/04/1939	Decreto-Lei nº 1.201 – Estabelece quotas de nacionalidade em cargos públicos.
12/07/1939	Decreto-Lei nº 1.377 – Dispõe sobre naturalização especial e expulsão.

02/09/1945	Decreto-Lei nº 7.967 Política Nacional de Imigração do pós-guerra.
13/02/1961	Decreto nº 50.215 – Promulga a Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados.
24/01/1967	Constituição de 1967 – Atualiza dispositivos sobre estrangeiros e naturalização.
07/08/1972	Decreto nº 70.946 – Promulga o Protocolo de 1967 sobre Refugiados.
19/08/1980	Lei nº 6.815 – Estatuto do Estrangeiro.
10/12/1981	Decreto nº 86.715 – Regulamenta o Estatuto do Estrangeiro.
05/10/1988	Constituição Federal de 1988 – Universaliza direitos e garantias a estrangeiros.
18/10/1988	Decreto nº 96.998 – Concede anistia migratória a estrangeiros em situação irregular.
10/07/1995	Lei nº 9.076 – Amplia validade de visto de turista.
22/07/1997	Lei nº 9.474 – Lei do Refúgio; cria o CONARE.
30/04/2014	RN CONARE nº 18 – Padroniza tramitação de pedidos de refúgio.
06/10/2016	Lei nº 13.344 - Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico interno e internacional de pessoas e sobre medidas de atenção às vítimas.
24/05/2017	Lei nº 13.445 – Nova Lei de Migração.
09/08/2017	Resolução Conjunta CONANDA/CONARE/CNIg/DPU nº 1 – Proteção de crianças migrantes desacompanhadas.
20/11/2017	Decreto nº 9.199 – Regulamenta a Lei de Migração.
01/12/2017	RNs CNIg 1-23 – Novo regime de autorizações de residência laboral e outras categorias.

15/02/2018	Decreto nº 9.285 – Reconhece crise humanitária venezuelana e dispensa documentos.
27/02/2018	Portaria Intermin. MJ/MESP nº 3 – Procedimentos para CRNM e registro de residência.
27/06/2019	Decreto nº 9.873 – Novo regimento interno do Conselho Nacional de Imigração (CNIg).
14/08/2019	Decreto nº 9.970 – Cria Comitê Federal de Assistência Emergencial (Operação Acolhida).
06/02/2020	Lei nº 13.979 – Medidas sanitárias de emergência (COVID-19) que impactam fluxos migratórios.
23/03/2020	Portaria MJSP nº 87 – Residência para vítimas de tráfico de pessoas ou trabalho escravo.
20/11/2020	RN CONARE nº 33 – Consolida regras de processamento dos pedidos de refúgio.
03/09/2021	Portaria Intermin. MJSP/MRE nº 24 – Visto e residência humanitária a afegãos.
15/06/2022	Portaria DG/PF nº 16.362 – Institui CRNM digital e DPRNM eletrônico.
30/03/2023	Portaria Intermin. MJSP/MRE nº 37 – Visto e residência humanitária a haitianos (revogada em 2024).
01/09/2023	Portaria Intermin. MJSP/MRE nº 40 – Visto de mobilidade para nacionais da CPLP.
24/12/2024	Portaria Intermin. MJSP/MRE nº 49 – Regra geral de acolhida humanitária (substitui portarias anteriores).
26/12/2024	Portaria Intermin. MJSP/MRE nº 50 – Acolhida humanitária a ucranianos (2ª edição).
27/12/2024	Portaria Intermin. MJSP/MRE nº 51 – Acolhida humanitária a haitianos (3ª edição).
27/02/2025	Portaria MJSP nº 885 – Registro de contratos de trabalho para artistas e técnicos estrangeiros.

Considerações Finais

Ao longo de mais de dois séculos, o Brasil construiu um arcabouço normativo que reflete, a cada fase histórica, tensões entre projetos de Estado, imperativos econômicos e compromissos internacionais de direitos humanos. Do Decreto nº 2/1820, que inaugurou o controle documental de entrada de estrangeiros, às portarias humanitárias de 2024-2025, observa-se uma curva que parte da lógica colonial de “povoamento branco”, passa por períodos de forte viés eugênico e securitário, e desemboca, já no século XXI, em um modelo que combina proteção, inclusão socioeconômica e facilitação da mobilidade.

A trajetória normativa da migração no Brasil pode ser compreendida por meio de quatro grandes marcos históricos. A primeira, que se estende do Brasil Império à Primeira República (1820-1930), é marcada por leis provinciais e imperiais que estimularam a chegada de colonos europeus para substituição do trabalho escravo. Nesse mesmo movimento surgiram os primeiros mecanismos de exclusão e de policiamento de fronteiras, delineando um modelo seletivo de admissão de estrangeiros.

O segundo marco cobre o Estado Novo e a Guerra Fria (1930-1980). Sob forte centralização estatal, foram instituídas cotas étnicas e conselhos de imigração, culminando na edição do Estatuto do Estrangeiro de 1980, que condicionava a entrada e permanência de migrantes a critérios de segurança nacional. A política migratória adquiriu, assim, contornos nitidamente securitários, refletindo o ambiente autoritário da época.

Com a redemocratização, inicia-se a terceira fase, que vai de 1988 até a véspera da nova Lei de Migração (2017). A Constituição de 1988 universalizou direitos e garantias aos estrangeiros, enquanto leis de anistia regularizaram imigrantes indocumentados. Paralelamente, o Brasil aderiu a tratados internacionais sobre refúgio e apatridia, e o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) modernizou procedimentos, introduzindo sistemas eletrônicos para autorizações de residência.

É importante frisar a criação do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), em 2013, em que o país fortalece sua capacidade de promover a transparência ativa e garantir a produção contínua de dados estatísticos confiáveis, contribuindo de forma decisiva para o desenvolvimento de políticas migratórias inclusivas, fundamentadas em evidências empíricas com o máximo rigor científico.

Por fim, a etapa pós-Lei de Migração (2017-2025) inaugura um paradigma baseado em direitos humanos. A Lei 13.445/2017 e o Decreto 9.199/2017 romperam com a lógica securitária ao introduzir o visto humanitário, a residência por laços familiares, a categoria de nômade digital e a possibilidade de investimento imobiliário como via de regularização. Crises regionais na Venezuela, Síria, Afeganistão, Ucrânia e Haiti levaram à edição de portarias de acolhida humanitária, ao passo que a pandemia de Covid-19 impôs restrições sanitárias temporárias, demonstrando a capacidade, e a necessidade, de respostas normativas rápidas a cenários em constante mutação.

Do ponto de vista procedural, a digitalização (Sisconare, Sismigra, MigranteWeb

e CRNM eletrônica) reduziu custos e incrementou transparência na gestão migratória. Paralelamente, a criação do Grupo de Trabalho da Política Nacional de Migrações, Refúgio e Apatridia (Portaria 290/2023) sinaliza que o debate deixou de ser exclusivamente administrativo para tornar-se estratégico, transversal e participativo.

Os quadros sinópticos e a linha do tempo produzidos nesta pesquisa oferecem, portanto, um instrumento de consulta rápida e, ao mesmo tempo, uma lente analítica que permitem rastrear vigências, revogações e sobreposições normativas, facilitando comparações históricas. Este trabalho oferece uma base dos marcos normativos importantes para a pesquisa acadêmica, especialmente para instâncias governamentais e para as organizações de advocacy da sociedade civil. Sua usuabilidade abrange estudos comparativos, análises de políticas de longo prazo, lacunas e boas práticas, subsidiando a formulação de políticas mais coerentes, e amplia o acesso à informação jurídica, fortalecendo a defesa de direitos da população migrante.

Embora seja abrangente, o presente levantamento não esgota a complexidade do tema. A governança migratória é essencialmente dinâmica, a cada novo ciclo econômico, avanço tecnológico ou crise humanitária, surgem fluxos populacionais com perfis e necessidades singulares. Tendências já visíveis, como a mobilidade humana induzida pelas mudanças climáticas, a corrida global por profissionais altamente qualificados e a proliferação de conflitos regionais, pressionam o arcabouço normativo a se reinventar.

Referências Bibliográficas

ACNUR. Coletânea de instrumentos de proteção nacional e internacional de refugiados e apátridas. Brasília: ACNUR, 2015. Disponível em: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Lei_9474-97_e_Coletanea_de_Instrumentos_de_Protecao_Internacional_dos_Refugiados2015.pdf. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Refúgio — Legislação. Brasília: GOV.BR, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/legislacao>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portal de Imigração: Leis e Decretos. Brasília, [s.d.]. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/leis2>. Acesso em: 18 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 2, de 2 dez. 1820. Determina que todo estrangeiro que pretenda entrar no Império apresente passaporte e licença da autoridade competente. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, v. 1, p. 123-124. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1820/decreto-2-2-dezembro-1820-578355-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. Lei nº 601, de 18 out. 1850. Regula a aquisição de terras no Império (Lei de Terras). *Coleção das Leis do Império do Brasil*, v. 13, p. 349-352. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM601-1850.htm.

BRASIL. Decreto nº 528, de 28 jun. 1890. Regula a entrada, residência e expulsão de estrangeiros na República. *Diário Oficial da União*, 30 jun. 1890. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D528.htm.

BRASIL. Constituição (1934). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 16 jul. 1934. *Diário Oficial da União*, 18 jul. 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm.

BRASIL. Decreto-Lei nº 383, de 18 abr. 1938. Dispõe sobre o serviço de imigração e colonização. *Diário Oficial da União*, 19 abr. 1938. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1930-1949/Del0383.htm.

BRASIL. Decreto-Lei nº 479, de 15 jun. 1938. Dispõe sobre expulsão de estrangeiros. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1930-1949/Del0479.htm.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.201, de 8 abr. 1939. Estabelece quotas de nacionalidade para provimento de cargos. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1930-1949/Del1201.htm.

BRASIL. Decreto-Lei nº 1.377, de 2 jun. 1939. Dispõe sobre naturalização extraordinária e expulsão. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1930-1949/Del1377.htm.

BRASIL. Decreto-Lei nº 7.967, de 18 set. 1945. Aprova a Política Nacional de Imigração do pós-guerra. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1930-1949/Del7967.htm.

BRASIL. Decreto nº 50.215, de 28 jan. 1961. Promulga a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados (1951). *Diário Oficial da União*, 31 jan. 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1951-1960/D50215.htm.

BRASIL. Constituição (1967). Constituição da República Federativa do Brasil, de 24 jan. 1967. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm.

BRASIL. Decreto nº 70.946, de 7 ago. 1972. Promulga o Protocolo de 1967 sobre o Estatuto dos Refugiados. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D70946.htm.

BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 ago. 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil (Estatuto do Estrangeiro). *Diário Oficial da União*, 20 ago. 1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm.

BRASIL. Decreto nº 86.715, de 10 dez. 1981. Regulamenta a Lei nº 6.815/1980. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D86715.htm.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

BRASIL. Decreto nº 96.998, de 18 out. 1988. Concede registro provisório e anistia a estrangeiros irregulares. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/D96998.htm.

BRASIL. Lei nº 9.076, de 10 jul. 1995. Amplia prazo de validade do visto de turista. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9076.htm.

BRASIL. Lei nº 9.474, de 22 jul. 1997. Define mecanismos para implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951 e cria o CONARE. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm.

BRASIL. CONARE. Resolução Normativa nº 18, de 30 abr. 2014. Estabelece procedimentos aplicáveis aos pedidos de refúgio. *Diário Oficial da União*, 5 mai. 2014. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao_normativa_18_conare.pdf.

BRASIL. Lei nº 13.344, de 6 out. 2016. Dispõe sobre prevenção e repressão ao tráfico de pessoas e assistência às vítimas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/lei/L13344.htm.

BRASIL. Lei nº 13.445, de 24 mai. 2017. Institui a Lei de Migração. *Diário Oficial da União*, 25 mai. 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm.

BRASIL. CONANDA; CONARE; CNIg; DPU. Resolução Conjunta nº 1, de 9 ago. 2017. Estabelece procedimentos de proteção a crianças migrantes desacompanhadas. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao_conjunta_01_2017.pdf.

BRASIL. Decreto nº 9.199, de 20 nov. 2017. Regulamenta a Lei nº 13.445/2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9199.htm.

BRASIL. CNIg. Resoluções Normativas nº 1-23, de 1-12 dez. 2017. Disciplina o novo regime de autorizações de residência. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/normas/resolucoes-normativas-1>.

BRASIL. Decreto nº 9.285, de 15 fev. 2018. Reconhece situação de vulnerabilidade decorrente de fluxo migratório da Venezuela. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9285.htm.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria Interministerial nº 3, de 27 fev. 2018. Define procedimentos para Carteira de Registro Nacional Migratório. *Diário Oficial da União*, 28 fev. 2018. Disponível em: https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/Portaria_Interministerial_3_2018.pdf.

BRASIL. Decreto nº 9.873, de 27 jun. 2019. Aprova novo Regimento do Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9873.htm.

BRASIL. Decreto nº 9.970, de 14 ago. 2019. Cria o Comitê Federal de Assistência Emergencial - Operação Acolhida. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9970.htm.

BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 fev. 2020. Estabelece medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública (COVID-19). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13979.htm.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 87, de 23 mar. 2020. Concede residência a vítimas de tráfico de pessoas ou trabalho escravo. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-87-de-23-de-marco-de-2020-250008926>.

BRASIL. CONARE. Resolução Normativa nº 33, de 20 nov. 2020. Consolida regras de processamento de pedidos de refúgio. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/seus-direitos/refugio/anexos/resolucao_normativa_33_conare.pdf.

BRASIL. Portaria Interministerial (MJSP/MRE) nº 24, de 3 set. 2021. Concede visto e residência humanitária a nacionais afgãos. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-n-24-de-3-de-setembro-de-2021-344631465>.

BRASIL. Polícia Federal. Portaria-DG/PF nº 16.362, de 15 jun. 2022. Institui o CRNM digital. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-16.362-de-15-de-junho-de-2022-407279645>.

BRASIL. Portaria Interministerial (MJSP/MRE) nº 37, de 30 mar. 2023 (revogada). Concede acolhida humanitária a haitianos. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-n-37-de-30-de-marco-de-2023-475294880>.

BRASIL. Portaria Interministerial (MJSP/MRE) nº 40, de 1 set. 2023. Institui visto de mobilidade CPLP. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-n-40-de-1-de-setembro-de-2023-509868749>.

BRASIL. Portaria Interministerial (MJSP/MRE) nº 49, de 24 dez. 2024. Estabelece regra geral de acolhida humanitária (substitui portarias anteriores). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-n-49-de-24-de-dezembro-de-2024-528556991>.

BRASIL. Portaria Interministerial (MJSP/MRE) nº 50, de 26 dez. 2024. Concede acolhida humanitária a ucranianos (2ª edição). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-n-50-de-26-de-dezembro-de-2024-528557004>.

BRASIL. Portaria Interministerial (MJSP/MRE) nº 51, de 27 dez. 2024. Concede acolhida humanitária a haitianos (3ª edição). Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-interministerial-n-51-de-27-de-dezembro-de-2024-528557019>.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Portaria nº 885, de 27 fev. 2025. Dispõe sobre registro de contrato de trabalho de artistas estrangeiros. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-885-de-27-de-fevereiro-de-2025-534120987>.

CAVALCANTI L. Dicionário Crítico de Migrações Internacionais. Brasília. Editora UnB, 2018.

CLARO, Carolina de Abreu Batista. As migrações internacionais no Brasil sob uma perspectiva jurídica: análise da legislação brasileira sobre estrangeiros entre os séculos XIX e XXI. *Cadernos OBMigra*, v. 1, n. 1, p. 119-182.

KOIFMAN, F. Imigrante ideal: o Ministério da Justiça e a entrada de estrangeiros no Brasil (1941-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). *Revista Saúde pública*, 8 (supl.), p. 49-90, 1974.

MASSEY, D. S. Why does immigration occur? A theoretical synthesis. In: HIRSCHMAN, C.; DEWIND, J.; KASINITZ, P. (Ed.). *Handbook of international migration: The American experience*. New York: Russel Sage Foundation, 1999 .

PEREIRA JÚNIOR, Alcebíades Gomes; THEODORO, Diego Ferreira (org.). Legislação migratória compilada. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública; Conselho Nacional de Imigração, 2021. 818 p. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/legislacao-migratoria-compilada>. Acesso em: 18 jun. 2025.

REZNIK, Luís (org.). *História da imigração no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2020.

REZNIK, Luís; PÓVOA NETO, Helion (org.). *História da imigração no Brasil: a migração contemporânea*. v. 2. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2024.

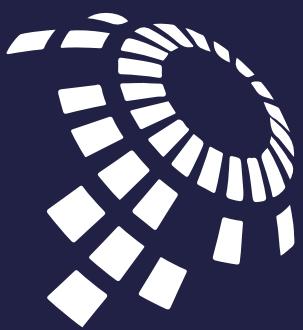
RIO GRANDE DO SUL (Província). Lei provincial nº 514, de 28 out. 1848. Concede terras a colonos estrangeiros. *Coleção das Leis da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br>.

SÃO PAULO (Província). Lei provincial nº 14, de 26 mar. 1852. Dispõe sobre colonização e incentivo à imigração. *Legislação da Província de São Paulo*. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br>.

SEYFERTH, G. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, n. 53: 117-149, 2002.

SEYFERTH, Giralda. O Estado brasileiro e a imigração. In: Póvoa Neto, H. et al. (orgs) *Caminhos da migração: memória, integração e conflitos*. São Leopoldo: Oikos, 2015.

SOLÉ, C.; CAVALCANTI, L.; PARELLA, S. La inmigración brasileña en la estructura socioeconómica de España. Madrid: Documentos del Observatorio permanente de la inmigración de España, Gobierno de España, 2011.



Copyright 2025 – Observatório das Migrações Internacionais
Universidade de Brasília – Campus Darcy Ribeiro, Pavilhão Multiuso II
Térreo, sala BT45/8, Brasília/DF Brasil CEP: 70910-900.